DIARIO OFFICIAL

DA

REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL

ORDEM E PROGRESSO

ANNO XXIX—2.º DA REPUBLICA—N. 270

RIO DE JANEIRO

TERÇA-FEIRA 7 DE OUTUBRO DE 1890

DIARIO OFFICIAL

Ministerio da Agricultura

Estrada de Ferro do Rio Verde e Ramal da Campanha

O acto do Sr. Ministro da Agricultura, dando preferencía á proposta da Companhia Estrada de Ferro Muzambinho para a construcção da Estrada de Ferro do Rio Verde e respectivo ramal da Campanha tem levantado na imprensa duvidas infundadas e injustas, devidas unicamente á carencia absoluta de dados positivos com que teem sido apreciadas as condições offerecidas para a adjudicação de taes trabalhos pelas duas unicas propostas que, entre as 11 apresentadas, puderam ser tomadas em consideração.

Tratando-se de assumpto cujo julgamento cabe de direito ao Ministro, unico competente para apreciar a idoneidade e as garantias offerecidas pelos concurrentes para a realização de um empreendimento considerado urgente e inadiavel, poderiamos limitar a defesa do acto em questão á declaração categorica e formal de que S. Ex. não reconheceu no Sr. João Maria da Silva Junior, negociante de roupas feitas, a precisa idoneidade para incumbil-o de realizar a construcção de 140 kilometros de via ferrea, para o que ser-lhe-hia mister ainda organizar empresa ou companhia para, em condições desvantajosas, tomar a si a exploração de uma estrada apertada entre a da Companhia Minas e Rio e a da Companhia Muzambinho.

E nem é procedente que se objecte poder o Sr. João Maria representar algum syndicato forte ou mesmo empresa já constituída; porquanto, em tal caso, esse artificio importaria manobra pouco regular e impropria de uma empresa que tivesse a pretensão de firmar com o Governo um contracto serio e aceitavel.

A clausula 5ª do edital de 7 de julho findo claramente estipulou que a concorrência versaria sobre os prazos exigidos para a conclusão das obras e para o gozo do privilegio, e, bem assim, sobre a *garantia offerecida para a execução do contracto*; e é inquestionavel que, sobre este ultimo ponto, deveria fixar-se especialmente a attenção do governo, que declarara a caducidade das concessões anteriormente feitas á Companhia Minas e Rio por ter-se convencido de que essa companhia procurava protelar a realização das estradas em questão.

E, sendo assim, não era licito ao Sr. Ministro da Agricultura arriscar o Estado a firmar um contracto com o primeiro pretendente que se apresentasse sem offerecer a indispensavel idoneidade financeira, e menos technica, para garantir qu' nova protelação não seria tentada em prejuizo dos interesses nacionaes que, ha muito, reclamavam a construcção da estrada para o Rio Verde e do ramal para a Campanha.

Nem ha quem possa, de boa fé, sustentar que o Sr. João Maria, por mais respeitavel que possa ser como cidadão e como negociante, offereça ao governo a idoneidade requerida.

Assim, pois, ainda quando sua proposta fosse muito superior á da Companhia Muzambinho, o Sr. Ministro estaria no mais perfeito direito de, em bem do interesse publico,

dar preferencía á esta, que offerecia as mais indiscutíveis e desejaveis garantias, quer sob o ponto de vista financeiro, por ser companhia já organizada e muito acreditada nesta praça, quer sob o ponto de vista technico por ter á sua frente, ostensiva e francamente, um engenheiro de nomeada e que goza entre seus collegas do mais alto e merecido conceito, não só por sua competencia provada, como por seu character integro, tenaz e activo.

Mas, nem foi isso o que realmente se deu, porquanto, como facilmente mostraremos, as duas propostas equivalem-se quanto aos outros pontos.

Assim, si a do Sr. João Maria exigia apenas 18 mezes para a construcção da estrada e do ramal, a do Muzambinho exigia tambem apenas 20 mezes; e si aquella fixava em 45 annos o prazo do privilegio, esta elevava-o apenas a 50 annos, differença inapreciavel quando se trata de concessões que não teem a clausula da reversão ao dominio do Estado.

Restava a questão da garantia de juros, que a proposta João Maria pedia fosse, para o prolongamento, de 5% durante a construcção e de 3% durante 10 annos depois de aberto o trafego; e para o ramal, de 6% durante a construcção e os 10 primeiros annos do trafego; e que a Muzambinho, desistindo inteiramente da garantia de juros para os 57 kilometros do tronco, desde Tres Corações até ao ponto navegavel do Rio Verde, pedia fosse para o ramal de 5%, durante a construcção e de 4% durante 25 annos depois de aberto o trafego.

Ainda sobre este ponto poder-se-hia reflectir que:

1.º Si na realidade a garantia de juros só for necessaria (como é natural succeda) durante os primeiros annos, nenhuma duvida poderá haver quanto á melhoria de vantagens offerecida pela Muzambinho;

2.º Que no caso contrario, a proposta João Maria importará ou o mallogro de suas tentativas para organizar companhia, ou a ruina da empresa que a adquirir, ou posterior concessão do Estado, prolongando o prazo da garantia, quando expirados os dez annos ora pedidos.

Não foi, porém, mister ao Sr. Ministro descer ao exame de todos esses pontos para convencer-se de que a proposta Muzambinho era preferivel, em seu conjunto á todas as outras, como aliás opinaram, todos os profissionaes que informaram officialmente a respeito.

Com effeito, o engenheiro fiscal, Dr. Valadão Junior, disse: « Na classificação das propostas occupa o primeiro logar a de n.º 9 (do Sr. João Maria), mas julgo fraca a garantia offerecida para a execução, não tendo, segundo penso, a idoneidade do concurrente que se lhe segue, a Companhia Muzambinho, que, a par de incontestavel idoneidade, offerece grandes vantagens, superiores ás apresentadas pelos demais concurrentes ».

E, depois de analysar uma por uma todas as propostas, termina declarando parecer-lhe que— « a Companhia Muzambinho foi a que apresentou proposta mais aceitavel entre as que offereceram sufficiente garantia para a execução ».

O chefe da 2ª secção da 1ª Directoria de Obras Publicas da Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Dr. Carvalho Almeida, opinou nos seguintes termos:— « Da

leitura do officio (do engenheiro fiscal) e examine attento dos quadros de classificação das propostas, verifica-se serem as mais vantajosas para a construcção das duas estradas (tronco e ramal) as propostas ns. 9 e 10, sendo aquella do cidadão João Maria da Silva Junior e esta da Companhia Muzambinho. Não conheço o cidadão João Maria, por isso nada posso dizer sobre sua idoneidade para contractar. A Companhia Muzambinho é empresa de interesses radicados no sódo mineiro e perfeitamente idonea ».

E, finalmente, o chefe da mesma directoria, Dr. José Freire Parreiras Horta, accrescentou:— « De accordo, parecendo-me igualmente que está no caso de ser adoptada a proposta da Companhia Muzambinho ».

A' vista do exposto e attendendo que a Companhia Minas e Rio allegara já difficuldade de levantar capitães para levar a effeito a construcção das projectadas estradas, deveria o Sr. Ministro dispensar, como preliminar principal, a garantia perfeita da idoneidade do concurrente com o qual tivesse de firmar o contracto ?

Offerecia essa idoneidade um cidadão que nem era conhecido de nome sequer pelo Sr. Ministro e pelos seus auxiliares technicos nem exhibia attestado algum que provasse ter competencia technica, ou, pelo menos, simplesmente commercial, em trabalhos analogos ao que se propunha realizar ?

Ninguem o dirá.

Aceresce que a superioridade que o engenheiro fiscal suppoz haver na proposta João Maria sobre a da Companhia Muzambinho, para, consideradas sob o ponto de vista dos seus provenientes para o Estado da totalidade da garantia de juros, collocar-a nos quadros de classificação em primeiro logar— é na realidade insignificante, e pôde até desapparecer.

Com effeito, feitos os calculos, de accordo com as bases offerecidas por uma e outra proposta, tem-se:

PROPOSTA JOÃO MARIA

a—Prolongamento

(Capital — 1.695:000\$000)

Juros de 5% ao anno durante a construcção (18 mezes), suppondo que em cada semestre se empregue exactamente 1/3 do capital total:

1º semestre (2 1/2 % sobre 565:000\$).....	14:125\$000
2º semestre (2 1/2 % sobre 1.130:000\$).....	28:250\$000
3º semestre (2 1/2 % sobre 1.695:000\$).....	42:375\$000
	84:750\$000

Juros de 3% durante 10 annos depois de aberto o trafego, sobre o capital de 1.695:000\$.....

593:250\$000

b-Ramal

(Capital 2.509:500\$000)

Juros de 6 % durante a construcção (18 mezes), suppondo que em cada semestre se empregue exactamente 1/3 do capital:

1º semestre (3 % sobre 836:534\$).....	25:096\$020
2º semestre (3 % sobre 1.673:068\$).....	50:192\$040
3º semestre (3 % sobre 2.509:500\$).....	75:285\$000
	<hr/> 150:573\$060
Juros de 6 % sobre 2.509:500\$ durante 10 annos depois de aberto o trafego.....	1.505:700\$000
	<hr/> 1.656:273\$060
Calculo resumido	
Prolongamento.....	593:250\$000
Ramal.....	1.656:273\$060
	<hr/>
Total.....	2.249:523\$060

II

PROPOSTA MUZAMBINHO

a-Prolongamento

(Capital 1.695:000\$)

Dispensa a garantia de juros. \$

b-Ramal

(Capital 2.509:500\$)

Juros de 5 % durante a construcção (20 mezes), suppondo que em cada mez se empregue exactamente 1/20 do capital total:

1º semestre (2 1/2 % sobre 752:850\$).....	18:821\$250
2º semestre (2 1/2 % sobre 1.505:700\$).....	37:642\$500
3º semestre (2 1/2 % sobre 2.258:550\$).....	56:463\$750
4º semestre (2 mezes — 1 % sobre 2.509:500\$).....	25:090\$500
	<hr/> 138:018\$000
Juros de 4 % durante 25 annos depois de aberto o trafego sobre 2.509:500\$.	2.509:500\$000
	<hr/> 2.647:518\$000
Importancia do frete na Estrada de Ferro Central, cuja dispensa esta proposta pede, e que o engenheiro fiscal orça em.....	29:500\$030
	<hr/> 2.677:018\$000

Comparando-se, pois, os onus exigidos por essas duas propostas, sob o pouto de vista restricto da garantia de juros, vê-se que a differença a favor da primeira é apenas de 427:495\$, a saber:

Proposta João Maria.....	2.249:523\$000
Proposta Muzambinho.....	2.677:018\$000

Differença..... 427:495\$000

Como, porém, em virtude da clausula 1ª do decreto n. 10.309 de 10 de agosto de 1889, o capital para a construcção pôde ser levantado em paiz estrangeiro, regulando para todas as operações o cambio de 27 dinheiros por 1\$, segue-se que a pequena differença notada pôde desaparecer, visto a Muzambinho dispensar a garantia para o capital empregado no prolongamento.

Em todo o caso, semelhante differença não é de ordem a determinar a preferencia de um concurrente que nenhuma garantia de idoneidade offerece, e isso quando o immediato a offerece completa e cabal sob todos os pontos de vista.

Demais, pedindo o Sr. João Maria, para o ramal, a garantia de 6 %, ao passo que a Muzambinho contenta-se com 4 %, é muito provavel que a receita desse ramal reduza, logo depois dos dous ou tres primeiros annos de trafego, esta garantia a 2 ou 1 % ou a

dispense totalmente, o que era mais difficil succedesse, si fosse o ramal adjudicado a João Maria.

Isto quer dizer que, dado o caso, aliás muito possivel, de produzir a receita do ramal 4 % sobre o respectivo capital, teria o Estado, si fosse aceita a proposta João Maria, de desembolsar annualmente 2 % sobre 2.509:500\$, isto é, mais de 50:000\$, durante cerca de 10 annos, quando pela proposta Muzambinho está desobrigado desde logo de todo e qualquer onus; accrescendo que, no primeiro caso, poderia, além disso, estar ainda pagando 3 % em ouro sobre o capital empregado no prolongamento.

A simples leitura das duas propostas revela desde logo a incompetencia manifesta do primeiro concurrente e a proficiencia do segundo que, accetando os estudos definitivos já approvados, propõe-se a alteral-os, si assim convier, nos pontos onde as modificações importem economia ou melhoramento das condições technicas do traçado.

Dando, pois, preferencia á proposta da Companhia Muzambinho, não se afastou o Sr. Ministro da correccão com que tem gerido a pasta da Agricultura, na difficil quadra que está ainda atravessando o paiz.

E anima-nos a convicção de que, conhecidos os dados da questão, a imprensa fluminense reconhecerá que foi illudida na injusta e infundada apreciação do acto do Sr. Ministro da Agricultura que, si pôde errar, o fará sempre na persuasão de que promove o interesse publico, e nunca se deixará arrastar por interesses particulares e inconfessaveis.

Tal accusação só lho pôde ser feita por algum anonymo sem responsabilidade social.

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO N. 806 — DE 4 DE OUTUBRO DE 1890

Altera a classificacão da comarca de Uruguayana, no estado do Rio Grande do Sul.

O chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta: Artigo unico. Ficou elevada a terceira entrada a comarca de Uruguayana, no estado do Rio Grande do Sul.

O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justica assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 4 de outubro de 1890, 2º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

M. Ferraz de Campos Salles.

Ministerio da Justica

Por decretos de 4 do corrente:

Foram declarados sem effeito os decretos de 6 de setembro ultimo:

Que removeu o juiz de direito Antonio Pinto de Mendonça da comarca de Quixeramobim para a de Araripe, ambas de 1ª entrada, no estado de Ceará, ficando subsistente a primeira nomeação para a comarca de Quixeramobim, no mesmo estado;

Que nomeou o bacharel Francisco Cordeiro da Rocha Campello para o lugar de juiz de direito da comarca de Quixeramobim, no estado do Ceará, ficando subsistente a primitiva nomeação para juiz de direito da comarca de Araripe, no mesmo estado.

— Foi nomeado o cidadão José Joaquim Ferreira para o posto de tenente-coronel comandante do 23º batalhão de infantaria da Guarda Nacional da comarca de Lorena, no estado de S. Paulo.

— Foi privado do posto, nos termos do art. 65 § 1º da lei n. 602 de 19 de setembro de 1850, o major comandante da 3ª seccão de batalhão da reserva da Guarda Nacional da comarca de Penedo no estado das Alagoas, Francisco da Silva Freire, por não ter solicitado a respectiva patente no prazo marcado no art. 77 do decreto n. 722 de 25 de outubro de 1850.

— Foi concedido melhoramento de reforma no posto de tenente-coronel ao major reformado da Guarda Nacional desta Capital, João Rodrigues dos Santos Mello.

— Foram reformados, a pedido:

No mesmo posto, o tenente-coronel comandante do 23º batalhão de infantaria da Guarda Nacional da comarca de Lorena, no estado de S. Paulo, Manoel Domicino Ferreira da Incarnação;

No posto de major, o capitão do 1º batalhão da Guarda Nacional da capital do estado do Pará, Joaquim José Teixeira.

Ministerio da Guerra

Por decreto de 4 do corrente, concedeu-se reforma, de accordo com o art. 4º do decreto n. 193 A de 30 de janeiro do corrente anno, ao coronel do corpo de estado-maior de 2ª classe Paulino Paes Ribeiro.

SECRETARIAS DE ESTADO

Ministerio do Interior

Expediente do dia 27 de setembro de 1890

Autorisou-se o engenheiro das obras do Ministerio do Interior, conforme solicitou, a fazer acquisição dos objectos necessarios ao respectivo escriptorio.

— Declarou-se ao governador do estado do Rio Grande do Norte, em solução ao officio de 18 de junho, que fica concedido somente o credito de 181\$, differença entre o augmento de 100\$, distribuido por aviso de 27 de agosto ultimo, para o expediente da Inspectoria de Hygiene, e a quantia de 281\$, em que importam os objectos de que precisa a mesma repartição, conforme a relação annexa ao officio de 4 do corrente mez. — Deu-se conhecimento ao Ministerio da Fazenda.

— Providenciou-se no sentido de ser enviada pelo primeiro vapor a lymphá vaccinica pedida por telegramma do governador do estado do Paraná.

— Recommendou-se ao administrador da Imprensa Nacional providencie afim de que a directoria da Casa de S. José seja remetido diariamente um exemplar do *Diario Official*.

— Remetteu-se ao Ministerio da Agricultura o requerimento em que o engenheiro Alberto J. P. Hargreaves propõe executar as obras de saneamento definitivo da lagoa de Rodrigo de Freitas.

— Requisitou-se do Ministerio da Fazenda a expedição de ordens:

Para que se pague a quantia de 133\$800, importancia do fornecimento de azulejos que A. P. de Almeida & Malheiros fizeram ao Asylo de Meninos Desvalidos;

Para que se adiante ao porteiro da directoria geral de estatistica a quantia de 1:000\$, afim de occorrer a despesas de prompto pagamento com o serviço do proximo recenseamento geral da população da Republica. — Deu-se conhecimento ao director daquella repartição;

— Solicitou-se do Ministerio das Relações Exteriores, de accordo com o que representou o director da Directoria Geral de Estatistica, providencie no sentido de que nas legações e consulados do Brazil seja facultado aos cidadãos brasileiros residentes no estrangeiro ou em viagem fazer as declarações exigidas nos mapps cujos modelos acompanham as instrucções de 12 de agosto ultimo, para o segundo recenseamento da população da Republica, dando ao Ministerio do Interior conhecimento das ordens que forem expedidas, afim de que se possa autorizar o referido director a entender-se com as legações e consulados acerca da execucao do mencionado serviço.

Requerimento despachado

Alipio José de Araujo Guimarães. — Declare a residencia.

Dia 29

Declarou-se :

Ao inspector geral de hygiene que, na conformidade do aviso de 19 do corrente mez e enquanto si não determinar o contrario, deverá o transporte de variosos para o Hospital de Santa Barbara continuar a ser feito, sob a inspecção daquella inspector, com o pessoal e material actualmente empregados, remetendo-se opportunamente á secretaria de Estado as folhas e contas das despesas afim de providenciar sobre o pagamento pela verba — Soccorros publicos. — Comunicou-se ao inspector geral interino de saude dos portos.

Ao governador do estado do Amazonas, em resposta ao officio n. 31 de 1 de setembro corrente que fica approvedo o credito de 2.104\$954, aberto sob sua responsabilidade, para pagamento de ambulancias de medicamentos fornecidos aos indigentes acometidos de febres em diferentes localidades;

Ao do estado do Rio Grande do Norte, em solução ao officio n. 15 de 4 do corrente mez, que é approvedo o de 390\$, por elle aberto, para pagamento de 300 livros em branco fornecidos para os trabalhos eleitoraes;

Ao do estado do Paraná que é concedido o de 1.773\$300, que solicitou em officio n. 35 de 6 de setembro corrente, afim de indemnizar o thesouro daquelle estado de igual quantia despendida com a aquisição de livros e titulos de eleitores.

Ao do estado das Alagoas, em resposta ao officio n. 35 de 3 do mesmo mez, que fica approvedo o de 20.000\$, aberto sob sua responsabilidade, para occorrer ás despesas não só com soccorros aos indigentes que, flagellados pela secca, emigraram dos estados vizinhos, mas também com as medidas sanitarias tendentes a fazer desaparecer as causas de epidemias na capital;

Ao do estado de Santa Catharina que é concedido o augmento do de 67\$203, requisitado pela Thesouraria de Fazenda em officio n. 3 de 4 de setembro ultimo, para pagamento de metade do ordenado ao 1º vice-governador Raulino Julio Adolpho Horn no periodo de 25 a 29 agosto ultimo, em que esteve em exercicio por impedimento do governador;

Ao do estado de Goyaz, em solução ao officio n. 33 de 29 de agosto ultimo, que fica approvedo o de 2.000\$ aberto sob sua responsabilidade para as despesas com soccorros a indigentes de algumas localidades do norte do mesmo estado, flagelladas pela secca. — Deu-se conhecimento ao Ministerio da Fazenda.

— Remetteu-se ao Ministerio da Fazenda, para resolver, o requerimento do Dr. Felipe Basilio Cardoso Pires e outros, propondo-se comprar pela quantia de 200.000\$ a Fazenda Nacional de Santa Cruz, ou arrendal-a, mediante a de 40.000\$ annuaes, pelo prazo de 90 annos.

— Requisitou-se ao Ministerio da Fazenda a expedição de ordem :

Para que se indemnice ao porteiro da Inspectoria Geral de Hygiene a importancia das despesas de prompto pagamento por elle realisadas ultimamente.

Para que se paguem as seguintes quantias:

De 5.705\$050, importancia de fornecimentos feitos á Estação Central de Desinfeção, á lancha a vapor empregada no serviço das visitas sanitarias externa e de policia do porto e para as obras do Lazareto da Ilha Grande;

De 1.630\$, do fretamento de diversos saiveiros, pertencentes á Companhia Lloyd Brasileiro, em serviço na Ilha Grande, nos mezes de junho e julho ultimo.

Requerimentos despachados

Raymundo Timotheo. — Indeferido.

Gabriella Ferreira Franca. — Entreguem-se os documentos mediante recibo.

Antonio de Almeida Chaves. — Não pôde por enquanto ser attendido.

Ministerio da Fazenda

Expediente do dia 27 de setembro de 1890

Communicou-se á Directoria Geral das Rendas Publicas ter sido designado o 1º escripturario do Thesouro Nacional José Mariano da Costa Nunes para servir interinamente de ajudante do administrador da Recobedoria do Rio de Janeiro.

— Autorisou-se a Caixa de Amortização para entregar ao Banco Nacional do Brazil a quantia de 2.100.000\$ em notas, para serem emitidas, visto haver o referido banco depositado 1.050.000\$ em ouro, nos termos do decreto n. 253 de 8 de março ultimo.

— Remetteu-se ao governador do estado de Minas Geraes, para ser informado, o requerimento em que Francisco Candido da Silva Guimarães pede despacho livre de direitos para um regulador publico que offerece á cidade de Sabará, fazendo constar ao requerente que o transporte de tal regulador pela Estrada de Ferro Central do Brazil só pôde ser concedido pelo Ministerio da Agricultura.

— Declarou-se á Thesouraria de Fazenda do Ceará, para fazer constar ao alumno da escola militar do Ceará Maximiano José Martins, que, para ser-lhe abonada a pensão mensal de 50\$ que percebia da ex-Casa Imperial, deve apresentar a este ministerio, além do decreto ou portaria que lhe concedeu tal pensão, documentos que provem seu estado de pobreza.

N. 66 — Em 27 de setembro de 1890.

Ruy Barbosa, presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, comunica ao Sr. inspector da Thesouraria de Fazenda do estado de S. Paulo, que o mesmo tribunal, tendo presente o recurso transmittido com officio n. 91 de 31 de julho proximo passado, interposto pelo collector das rendas geraes do municipio de S. João do Rio Claro, bacharel Francisco Botelho, da decisão da dita thesouraria, que, fundando-se na ordem n. 37 de 12 de junho anterior, obrigou-o a recolher aos respectivos cofres a quantia de 29.760\$930, proveniente da porcentagem deduzida da de 163.761\$, paga pela Companhia Rio Claro S. Paulo Railway, do imposto de transmissão de propriedade devido pela compra que fez da estrada de ferro Rio Claro a Araraquara, e declarou-lhe que a referida porcentagem devia ser deduzida depois de effectuado o arbitramento, como prescrevem as circulares n. 10 de 3 de fevereiro deste anno e n. 12 de 4 do mesmo mez — resolveu dar-lhe provimento afim de se realizar a restituição da porcentagem a que tem direito o recorrente. Cumpre, porém, que se continue nas diligencias para a cobrança do imposto, de conformidade com a primeira das citadas circulares, e se deduza do producto da mesma cobrança, quer seja obtida por accordo ou arbitramento, a porcentagem de que se trata, nos termos do disposto na citada circular n. 12 de 4 de fevereiro do corrente anno. — Ruy Barbosa.

Havendo sido publicada com incorrecções, reproduz-se a

Circular n. 58. — Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 3 de outubro de 1890.

Ruy Barbosa, presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo conhecimento de que, em remessas de dinheiro feitas por algumas Thesourarias, foram encontradas moedas de ouro portuguezas, dos valores de 8\$ e 16\$, recommenda aos Srs. inspectores das Thesourarias de Fazenda que providenciem para que não sejam mais recebidas taes moedas, visto não se azearem comprehendidas na tabella annexa ao decreto n. 391 C, de 10 de maio ultimo, como já não haviam sido na que acompanhou a circular n. 68, de 28 de dezembro de 1867. — Ruy Barbosa.

REQUERIMENTO DESPACHADO

Engenheiro Collatino Marques de Souza Filho, pedindo permissão para organizar um banco denominado Central da Bahia. — Auto-

rizo o estabelecimento da secção hypothecaria, com tanto que se não emitam lettras, cujo privilegio foi dado ao Banco Nacional Hypothecario.

Ministerio da Marinha

Foi concedida licença ao ex-marinheiro nacional Benedicto Aranha para residir no Estado do Maranhão.

Foi nomeado o 1º tenente Francisco de Mattos para exercer o lugar de ajudante de ordens do commandante da divisão de cruzadores, durante a commissão que esta vae desempenhar nos Estados Unidos da America do Norte.

Expediente do dia 3 de outubro de 1890

Ao governador do estado do Amazonas, recommendando que informe a esta secretaria de Estado por quanto se poderá obter um predio em boas condicções hygienicas e bem situado para nelle estabelecer-se uma pequena enfermaria destinada ao tratamento dos doentes da flotilha.

Ministerio dos Negocios da Marinha — 2ª secção — N. 3.019 — Rio de Janeiro, 3 de outubro de 1890.

Em vista do que expoz o chefe do estado-maior general da armada em officio n. 428 de 1 do corrente, declaro-vos, para os devidos effectos, que, impondo o art. 9º do regulamento annexo ao decreto n. 673 de 21 de agosto ultimo aos reservistas do Corpo de Marinheiros Nacionaes a obrigação de matricular-se na capitania do porto do estado em que servirem, não é a elles applicavel a cobrança dos emolumentos estabelecidos para os casos da matricula geral.

Convém, pois, que ao ex-marinheiro nacional foguista Benedicto Aranha seja restituída a importancia que sob aquelle titulo lhe foi cobrada.

Saude e fraiernidade. — Eduardo Wandenholth. — Sr. capitão do porto do Rio de Janeiro.

— A' directoria da Escola Naval, communicando que nesta data concede-se ao aspirante de 2ª classe Julio Ramos Zany, licença por tres mezes para tratar de sua saude. — Comunicou-se á Contadoria.

— A' inspecção do arsenal desta capital, communicando que nesta data é nomeado para exercer o cargo de inspector do mesmo arsenal o capitão de mar e guerra João Gonçalves Duarte. — Comunicou-se ao Quartel General e á Contadoria.

— A' inspecção do arsenal de Pernambuco, autorizando a chamar concurrencia para as obras da casa da inspecção do mesmo arsenal dando conta do resultado a esta secretaria.

— A' Capitania do Porto de Santa Catharina, declarando que, quando tratar-se da revisão do regulamento das capitancias, poderá ser attendido o requerimento do respectivo secretario Durval Augusto Gomes.

— A' Contadoria autorizando-a abonar ao auxiliar da capitania do porto desta capital a quantia de 61\$140 afim de completar os vencimentos referentes ao mez de setembro proximo findo. — Comunicou-se á capitania.

— A' Intendencia:

Autorizando o fornecimento e remessa do material pedido pelo Ministerio da Agricultura para o balisamento dos portos de Paranaguá e Antonina,

Mandando entregar a D. Amelia Teixeira de Castro o espolio pertencente a seu finado marido, o operario Antonio Teixeira de Castro.

— Ao arsenal da capital, autorizando a dar despeza ao patrão-mór desse arsenal de dous batelões que foram julgados inuteis.

— Ao Barão de Corumbá, confirmando o telegramma expedido a 2 do corrente e declarando ser conveniente entrar em accordo

está a casa Armstrong & Comp. acerca da alteração da carga dos canhões encomendados á dita firma, si tiver, conforme o resultado das experiências com as polvoras B N e cordite, de ser adoptada uma ou outra.

Ministerio da Agricultura

Por portarias de 1 do corrente, foi exonerado a bem do serviço publico o engenheiro José Baptista de Azevedo do logar de chefe da comissão de medição de terras que funciona no valle do Parapanema, com sede no municipio de Itapetininga; e nomeado o engenheiro Antonio Pinto da Silva Valle para o logar de chefe de igual comissão, tambem em Parapanema, tendo por sede o municipio de Campos Novos, no estado de S. Paulo, com os vencimentos que lhe competirem.

Por actos de igual data:

Foi exonerado, a seu pedido, o agrimensor Silvestre Manoel da Silva do serviço da comissão de medição de terras existentes no municipio de Santo Antonio da Patrulha, no estado do Rio Grande do Sul.

Concederam-se 30 dias de licença, com vencimentos na forma da lei, ao engenheiro João Ernesto Rolocanache, chefe da comissão de medição de terras existente nos valles de Cachoeiras e Cannaveiras, no estado de S. Paulo, para tratar de sua saúde onde lhe convier.

Por portarias de 6 do corrente:

Foram removidos da comissão de melhoramentos da barra do Rio Grande do Sul para a de obras da barra e do porto do mesmo estado:

Engenheiro Antonio Alves Azambuja para o cargo de 1º ajudante;

Engenheiro José da Costa Gama para o de 2º ajudante;

O cidadão Joaquim Lima Frazão para o de pagador.

Por portarias da mesma data foram nomeados para a mesma comissão:

Engenheiro João Luiz de Faria Santos para o cargo de conductor de 1ª classe;

O cidadão Miguel Rodrigues dos Santos Tavares para o de intendente;

O cidadão José Rippert Monteiro para o de secretario.

Foi removido o engenheiro José Candido Godoy do cargo que occupa na estrada de ferro de Porto Alegre a Uruguayana para o de conductor de 1ª classe na comissão de obras da barra e porto do Rio Grande do Sul.

Foi nomeado almoxarife do prolongamento da Estrada de Ferro Central do Brazil, sob proposta do respectivo engenheiro chefe, o cidadão José Americo Coutinho da Fonseca.

DIRECTORIA CENTRAL

Expediente do dia 30 de setembro de 1890

Do Ministerio da Fazenda foi requisitado pagamento:

De 22:010\$856 a Francisco Antonio da Silva por trabalhos executados no prolongamento da Estrada de Ferro Central do Brazil em agosto ultimo, entrando para o Thesouro com a multa de 10:000\$ em que incorreu;

De 7:338\$348 á diversos, por fornecimentos feitos á estrada de ferro do Rio do Ouro nos mezes de junho a agosto ultimo e setembro corrente.

De 300\$, a titulo de ajuda de custo, ao engenheiro José Ferreira da Silva Santos, removido do auxiliar tecnico da comissão fiscal dos nucleos colonias do Itatiaia para ajudante da delegacia de 2ª classe de terras e colonisação no estado de Santa Catharina;

De 250\$ pela Thesouraria de Fazenda do estado de Pernambuco, ao engenheiro Aristides Pereira de Leão a titulo de ajuda de custo;

De 60\$942 a Francisco Antonio Pinto por vencimentos de seu finado filho, José Francisco Pinto, servente desta Secretaria de Estado, correspondente a 21 dias do mez de agosto ultimo;

De 35\$200 a Carvalhaes & Comp. por fornecimento de objectos para expediente da 1ª Directoria de Obras Publicas desta secretaria de Estado em abril do corrente anno.

—Do mesmo ministerio solicitou-se indemnização:

De 182\$180 á Estrada de Ferro de Baturité por serviços em proveito da comissão de açudes e irrigações do Quixadá em julho ultimo.

—Communicou-se ao mesmo ministerio:

Que por portarias de 23 do corrente foram nomeados para a Estrada de Ferro de Baturité, em conformação dos cargos que já exerciam, os seguintes empregados:

José Nunes Teixeira de Mello, thesoureiro do prolongamento, para guarda-livros; José Antonio Moreira da Rocha para thesoureiro; Antonio Partado de Mendonça para almoxarife, sendo exonerado desta utilidade logar no mesmo prolongamento, Hermeto Gomes Parente, percebendo os nomeados os vencimentos que lhes competirem;

Que o engenheiro Manoel Marques Perdigão Junior esteve em exercicio durante todo o mez de agosto ultimo, podendo ser pago no Thesouro a consignação de 150\$ que faz a seu procurador e referente ao citado mez.

—Do mesmo ministerio solicitou-se expedição de ordens para que seja aberto o credito:

De 48:816\$ 09 na Thesouraria de Fazenda do Ceará, á disposição do governador do estado, para ser applicado ás despesas com as obras necessarias para ligar a estação central da Estrada de Ferro de Baturité ao portão da alfandega da capital.

DIRECTORIA DAS OBRAS PUBLICAS

Expediente do dia 18 de setembro de 1890

Aos governadores dos estados da Bahia, das Alagoas e de Sergipe, remetendo, para informar, cópia do requerimento do cidadão João José do Monte, pedindo autorização para utilizar a força da acchoeira de Paulo Afonso, transmitindo-a, por meio da electricidade, ou por outro qualquer, para os pontos que lhe parecerem mais apropriados naquelles estados.

Dia 19

Ao inspector geral das Obras Publicas, recommendando que expeça as precisas ordens, afim de ser abastecida de agua a caixa das privadas existentes na estação maritima da Estrada de Ferro Central do Brazil.

Dia 20

Ao Ministerio da Fazenda, em resposta ao seu aviso de 10 do corrente, reclamando a planta do terreno que na rua do Riachuelo era occupado por um velho chafariz ultimamente demolido, declarando que a referida planta não se desencaminhou nesta secretaria de Estado, pois foi expedita juntamente com o aviso n. 14, dirigido áquelle ministerio em 26 do mez proximo passado.

—Ao Ministerio da Justiça, remetendo cópia do officio em que o engenheiro do 1º districto da Inspeção Geral das Obras Publicas declara que as obras executadas no proprio nacional em que funciona o Deposito Publico, se acham conforme a descripção e o orçamento que se devolve, salvo, todavia, pequenas alterações, feitas de accordo com o respectivo depositario.

Dia 23

Ao Ministerio da Marinha, solicitando a expedição de aviso-circular aos capitães dos portos, recommendando-lhes que, salvo em casos urgentes e imperiosos, nenhuma despeza com balisamento effectuem por conta deste ministerio, sem que para isso estejam devidamente autorizados.

—Ao governador do estado do Maranhão, autorizando-o a que, por conta deste ministerio, sejam dadas as providencias necessarias para que tenham passagem da capital daquelle estado, onde se acham, até á sede da comissão de melhoramentos do rio Paranhayba, para onde se destinam, o medico da mesma comissão, Dr. Oscar Lamaguère Leal Galvão e sua familia.

—Ao presidente da intendência municipal, devolvendo, para que seja resolvido como melhor parecer áquelle intendência, os papeis constantes do requerimento acompanhado de plantas, no qual o Dr. João Luiz dos Santos Titara e outros propoem-se a introduzir, mediante favores, importantes melhoramentos nas freguezias de Inhaúma e Irajá.

—Ao inspector geral das obras publicas, recommendando que mande proceder ao encanamento da despeza a realizar com a ligação do encanamento de agua submarino da fortaleza de Villegaignon ao encanamento que passa pelo largo da Lapa.

Dia 21

Pediu-se ao Ministerio da Fazenda uma relação demonstrativa dos pagamentos effectuados pelo Thesouro Nacional no vigente exercicio por conta da verba—Comissão de melhoramentos do porto do Maranhão, obras de desobstrução dos portos de Cado e Caxias, no rio Itapicuru.

Dia 20

Solicitou-se do Ministerio da Fazenda precisas providencias para que pela alfandega do Rio Grande do Sul sejam feitos todos os pagamentos requisitados pela comissão das obras da barra e do porto do Rio Grande do Sul, visto já ter sido lavrado contracto com a Société Franco-Brésilienne de Travaux Publics, e organizada a comissão supradita, bem como que, em caso de deficiência de meios na alfandega, a thesouraria geral faça os supprimentos de modo a satisfazer as condições do contracto estabelecido.

—Remetteram-se ao Ministerio da Fazenda as certidões negativas relativas á venda da parte da Fazenda Grande, em Irajá, feita por D. Victorina Amelia Adet ao Estado para as obras de canalização dos rios Xerem e Mantiqueira, sciificando-se que ha isenção de qualquer pagamento de imposto, por se tratar de aquisição feita pelo Estado.

—Autorizou-se a Inspectoria de Obras Publicas da Capital Federal a despender a quantia de 200\$ mensalmente para os transportes a que os guardas geraes e feitores, encarregados da conservação, reparos e melhoramentos do serviço de abastecimento de agua a esta capital, forem obrigados por strictas exigencias do serviço.

—Solicitaram-se do Ministerio da Fazenda as necessarias providencias para que seja restituída á comissão hydraulica do Maranhão a importancia de direitos que indevidamente pagou á alfandega daquelle estado por uma peça de ferro e uma caixa com amarras pertencentes ás obras da mesma comissão.

REQUERIMENTOS DESPACHADOS

Dia 6 de outubro de 1890

Aderito José Gomes da Silva, pedindo permissão para explorar diamantes em Cannaveiras, estado da Bahia.—Requeira ao Ministerio da Fazenda.

Alonso Pestana de Aguiar e outros, idem para explorar mineraes no municipio de Bomfim, estado de Minas Geraes.—Declarem quaes os mineraes que desejam explorar.

Os mesmos, idem para explorar amiantho no municipio de Caethé, do mesmo estado.—Declarem si são devolutos os terrenos onde pretendem fazer a exploração.

Dr. Maximiano Marques de Carvalho, pedindo permissão para explorar kaolim e outros mineraes no municipio de Nova Fiburgo, estado do Rio de Janeiro.—Declare si são devolutos ou particulares os terrenos em que pretende fazer explorações de kaolim.

Collatino Marques de Souza Filho, pedindo permissão para explorar ceca nos terrenos devolutos do estado do Amazonas.—Determine com precisão a zona em que pretende fazer a exploração.

Miguel Ribeiro Lisboa, pedindo garantia provisoria para um novo systema de estradas de ferro com tracção por cabo de arame.—Deferido, compareça na Directoria Central para pagamento do sello.

Domingos José da Silva Boa, proprietário do domínio directo dos terrenos da rua de S. Nicolão, onde existiam cinco prédios desapropriados e demolidos para obras de segurança e consolidação do morro de Santos Rodrigues, propondo a remissão dos f.ºs dos ditos terrenos, pagando-lhe o governo o que julgar que valera. — Deferido, com aviso ao Ministerio da Fazenda.

José Couto. — Deferido. Compareça na Directoria Central.

Repartição fiscal do governo junta á companhia City Improvements

BOLETIM DO SERVIÇO DIÁRIO
Dia 20 de setembro de 1890

Foram visitadas as casas de machinas e fez-se a desinfecção das materias com os ingredientes e na dosagem conveniente.

Os flushing-tanks funcionaram regularmente.

1º districto — Predios esgotados 8.117 3/4; cortiços 70, com 2.389 quartos.

Reclamações em prédios quatro, por obstrucções devidas a sebo (2), a terra (1) e a materias (1) nos ramaes de 4" e de 6". — Foram attendidas no mesmo dia.

Concluíram-se quatro reclamações anteriores, sendo tres por obstrucções devidas a materias (2) e a terra (1) nos ramaes de 4" e de 6" e uma por desarranjo em bacia de patente.

Limparam-se a galeria da rua do Rosario e o ramal de 9" da rua do Barão de S. Felix e os rallos das ruas da Prainha, Conceição, Quitanda e S. Joaquim.

2º districto — Predios esgotados 8.786; cortiços 129, com 3.691 quartos.

Reclamações em prédios cinco, sendo quatro por obstrucções devidas a terra nos ramaes de 4" e de 6" e uma por vasamento devido a receptaculo quebrado. — Foram attendidas no mesmo dia.

Limvou-se a galeria da rua União.

3º districto — Predios esgotados 4.369; cortiços 80, com 2.375 quartos.

Reclamações em prédios cinco, por obstrucções devidas a terra nos ramaes de 6". — Foram attendidas no mesmo dia.

Concluiu-se a limpeza da galeria da rua do Catteto.

Limparam-se os depositos das ruas do Riachuelo, Invalidos e Rezende.

4º districto — Predios esgotados 7.252; cortiços 37, com 660 quartos.

Não houve reclamações.

Limparam-se os depositos das ruas de São Francisco Xavier, Visconde de Itamaraty e S. Christovão.

5º districto — Predios esgotados 2.923; cortiços 11, com 232 quartos.

Não houve reclamações.

Dia 21 de setembro (domingo)

Foram visitadas as casas de machinas e fez-se a desinfecção das materias com os ingredientes e na dosagem conveniente.

Os flushing-tanks funcionaram regularmente.

Não houve reclamações.

Repartição fiscal do governo junto á companhia City Improvements, 22 de setembro de 1890. — Pelo engenheiro fiscal, Luiz F. Monteiro de Barros, ajudante.

CONGRESSO NACIONAL

Senado

RELAÇÃO DAS ACTAS DA ELEIÇÃO PARA SENADORES PROCELIDA NO DIA 15 DE SETEMBRO ULTIMO, RECEBIDAS NA RESPECTIVA SECRETARIA

(Continuação)

Estado do Rio de Janeiro

- S. João do Merity.
- Maricá (1ª e 4ª secções).
- Santa Maria Magdalena (4ª secção).
- Rio Bonito (1ª e 3ª secções).
- Mangaratiba (1º districto).
- Santo Antonio do Padua (1ª secção).

Estado do Rio Grande do Sul
S. Borja (1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª secções do 1º districto).

Itaqui (2ª secção do 1º districto).

Estado de Santa Catharina

Itapocú e Barra Velha.

Estado da Parahyba

Santa Luzia de Sabugy (1ª e 2ª secções).
Batalhão (1ª e 2ª secções).
Campina Grande (1ª, 2ª e 3ª secções do 1º districto).

Boa Vista (4º districto).

Fagundes.

Areia.

Pedra Lavrada.

S. João (1ª, 2ª e 3ª secções do 1º districto).

Alagóia Grande (1ª secção).

Teixeira (1ª e 2ª secções do 1º e 2º districtos)

Santa Anna do Congo.

Alagóia Nova (1ª e 2ª secções).

Jacarau (Mamanguape, 5ª secção).

Estado de Pernambuco

Santo Antônio (3ª secção do 1º districto e 2ª secção do 3º districto).

Afogados (2ª secção do 2º districto).

Floresta (1ª, 2ª e 3ª secções).

S. Bento (1ª, 2ª e 3ª secções do 1º districto)

Flores (1º districto).

Cabrobo (1ª e 2ª secções do 1º districto).

Exú (1º districto).

Granito (1º districto).

Carrancudo de Bodocó (Granito, 2º districto).

Pesqueira (3ª secção do 1º districto).

Itacaythé.

Boa Vista (1º districto).

Nossa Senhora do O' do Alinho (1ª secção).

Nossa Senhora do Rozario de Goyana (4ª secção).

Varas (Ingazeiro).

Jaboatão (1ª secção).

Gravatá (1ª secção).

Pedra Tapada (2º districto).

Pão d'Alho (2ª secção do 2º districto).

Nossa Senhora do O' de Goyana (1ª secção do 2º districto).

Estado de Minas Geraes

Rio Branco (3ª secção).

Riacho Fundo.

Santo Antonio da Vargem Alegre.

S. Caetano da Vargem Grande.

Ubá (2ª secção).

Rio Branco (4ª secção).

Manhuassú (3ª secção).

S. Francisco do Vermelho (Caratinga).

Abre Campo (2ª secção).

Santo Antonio dos Tiros.

S. Sebastião de Correntes (2ª secção).

Vermelho Novo (Caratinga).

Morro do Pilar.

Barra Longa, (Marianna; 1ª secção).

Arassuahy.

S. João Nepomuceno de Lavras (1ª secção).

Estado de Goyaz

Entre Rios.

Sant'Anna (capital; 1ª secção).

S. José de Mossamedes.

Corumbá.

Nossa Senhora do Carmo (capital; 2ª secção).

Estado do Espirito Santo

Barra de Itabapoana.

Estado de S. Paulo

Piracicaba (2ª secção).

Villa de S. Bernardo (1ª e 2ª secções).

Casa Branca (2ª e 3ª secções).

Pirassununga (2ª e 3ª secções).

Jaboticabal (4ª secção).

Estado de Sergipe

Nossa Senhora de Guadalupe da Estancia (1ª e 2ª secções).

Capela (1ª, 2ª e 3ª secções).

Araná.

Nossa Senhora da Conceição do Aracajú (3ª secção).

Propriá (1ª, 2ª e 3ª secções).

S. Christovão (2ª secção).

Itabaiana (1ª e 2ª secções).

Campo de Brito,
Nossa Senhora dos Campos (1ª e 2ª secções).

Divina Pastora (1ª secção).

S. Paulo.

Aquidaban.

Nossa Senhora das Doreis (1ª e 2ª secções).

Larangeiras (1ª secção).

Estado da Bahia

Lençoes (1ª e 2ª secções).

S. Gonçalo dos Campos (1ª secção).

Chique-Chique (1ª e 2ª secções).

S. Bento de Monto Gordo.

Itiuba (1ª e 2ª secções).

Cannabravinha (1ª e 2ª secções).

Andarahy (2ª secção).

Conceição da Feira (2ª secção do 1º districto).

S. Gonçalo das Lages (4ª secção).

Cachoeira de Itabuna (3º districto).

Santo Antonio de Paramirim (1ª e 2ª secções do 1º districto).

S. Thiago de Iguaque (1ª e 2ª secções).

Cannabrava (2ª secção).

Villa Velha de Minas do Rio de Contas (1ª e 2ª secções).

Morro do Fogo (Agua Quenté; 1ª e 2ª secções).

Pilar (2ª secção).

Bom Jesus dos Moiras (1ª e 2ª secções).

Nossa Senhora dos Humildes.

S. Felipe (2º districto).

Matoim.

Santa Rosa (2ª secção).

Umburanas (2ª secção).

Cayru (1º districto).

S. Sebastião do Sincora.

Pedra Branca (2ª secção).

S. João Baptista (1ª e 2ª secções do 1º districto e 1ª secção do 3º districto).

Santo Antonio de Sapatuhy (2ª secção).

Sé (capital, 4ª secção).

Olivença.

Nossa Senhora do Bom Sucesso da Cruz das Almas (2ª secção).

Bonito (Caetité).

N. B. Na relação hontem publicada—leia-se em vez de Santo Antonio (5ª secção do 2º districto)—(5ª secção do 1º districto).

Secretaria do Senado, 6 de outubro de 1890.—O director, José B. da Serra Belfort.

Camara dos Deputados

RELAÇÃO DAS ACTAS DA ELEIÇÃO DE DEPUTADOS, PROCELIDA A 15 DE SETEMBRO ULTIMO, RECEBIDAS NA RESPECTIVA SECRETARIA.

Estado do Rio de Janeiro

Maricá (1ª e 4ª secções).

Rio Bonito (1ª secção).

Rio Secco (Conceição do Rio Bonito, 3ª secção).

Santa Maria Magdalena.

Guia (Mangaratiba).

Merity (Iguassú).

Santo Antonio de Padua (1ª secção).

Estado de S. Paulo

Casa Branca (1ª e 3ª secções).

Jaboticabal (4ª secção).

Palmeiras (Serra Negra, 2ª secção).

Piracicaba (2ª secção).

Pirassinunga (2ª e 3ª secções).

S. Bernardo (villa, 1ª e 2ª secções).

Estado de Minas Geraes

Abre Campo (villa, 2ª secção).

Barra Longa (Marianna, 1ª secção).

Manhuassú (3ª secção).

Morro do Pilar.

Nossa Senhora do Livramento (Villa Velha, 2ª secção).

Nossa Senhora das Mercês do Arassuahy.

Rio Branco (1ª e 3ª secções).

S. Caetano da Vargem Grande (1ª secção).

S. Francisco do Vermelho.

S. João Nepomuceno (Lavras, 1ª secção).

S. Sebastião (2ª secção).

Ubá (cidade, 2ª secção).

Vermelho Novo-(Manhuassú).

Estado do Espirito Santo

Porto do Archeiro (1ª e 2ª secções).
Vianna (1ª e 2ª secções).

Estado do Rio Grande do Sul

S. Borja (1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª secções).
Itaquy (2ª secção do 1º districto).

Estado de Santa Catharina

Itapocú e Barra Velha.

Estado de Goyas

Sant'Anna (1ª secção).
Carmo (2ª secção).
Santo Antonio do Cavalheiro (Entre Rios).
Corumbá (1ª secção).
S. José de Mossamedes.

Estado de Sargipe

Itabaiana (1ª e 2ª secções).
Campos (villa, 1ª e 2ª secções),
Quidabam.
Estancia (1ª secção).
Conceição do Aracajú (3ª secção).
S. Christovão (2ª secção).
Propriá (1ª, 2ª e 3ª secções).
S. Paulo (villa).
Nossa Senhora das Dorés (2ª secção).
Divina Pastora (1ª secção).
Capella da Cidade (2ª e 3ª secções).
Nossa Senhora da Purificação (1ª secção).
Araúá (villa, 1ª secção).
Guadalupe (2ª secção).
Campo do Brito.
Larangeira (Coração de Jesus, 1ª secção).

Estado de Pernambuco

S. Bento (1ª, 2ª e 3ª secções do 1º districto).
Floresta (1ª, 2ª e 3ª secções).
Victoria (2ª secção do 3º districto).
Alinho (1ª secção).
Afogados (capital, 2ª secção do 2º districto).
Gravatá (1ª secção).
Rosario de Goyana (4ª secção).
Itacoythe (Caruarú, 2º districto).
Cabrobó (1ª e 2ª secções do 1º districto).
Flores.
Naras (Ingazeiro).
Pedra Tapada (Limoeiro, secção unica do 2º districto).
Boa Vista (1º districto).
Carrancudo de Bodococó (Granito, 2º districto).
Granito (1º districto).
Jalvatão (1ª secção).
Exú (1º districto).
Pesqueira (3ª secção do 1º districto).
Santo Antão (1ª secção do 1º districto).
Goyannha (1ª secção do 2º districto).
Pau d'Alho (2ª secção do 2º districto).

Estado da Parahyba

Teixeira (1ª e 2ª secções do 1º districto).
Conceição (Teixeira, 2º districto).
Campina Grande (1ª e 2ª secção do 1º districto).
Campina Grande (2ª secção do 2º districto).
Alagôa Nova (1ª e 2ª secções).
S. João (1ª, 2ª e 3ª secções do 1º districto).
Batalhão (1ª e 2ª secções).
Bananeiras (3ª secção).
Alagôa Grande (1ª secção).
Areia (4ª secção).
Boa Vista (Campina Grande).
Jacaraú (Maranguape, 5ª secção).
Santa Luzia do Salugy (1ª e 2ª secções).
Pedra Lavrada (Soledade).
Sant'Anna do Congo.

Estado da Bahia

Bom Jesus dos Meiras (villa, 1ª e 2ª secções).
S. Gonçalo das Lages (4ª secção do 3º districto).
Umburana (Caetetê, 1ª e 2ª secções).
Tabocas (Rio de Contas, 2ª secção).
Remedios do Rio de Contas (1ª e 2ª secções).
Catulei (Rio de Contas).
Carrapato (Rio de Contas, 1ª e 2ª secções).

Livramento da Villa Velha (Rio de Contas, 1ª secção).
Rio de Contas (3ª secção).
Cannavieiras (1ª secção).
Nossa Senhora do Monte (Cannavieiras).
S. Jorge de Ilhéos (1º e 2º districtos).
Agua Quente (1ª e 2ª secções).
Pará-mirim (Agua Quente, 1ª e 2ª secções do 1º districto).
Chique-Chique (1ª e 2ª secções).
Lenções (1ª e 2ª secções).
Prado (villa, 1ª e 2ª secções).
Canna Brava (1ª e 2ª secções do 1º districto).
Belmonte (1ª e 2ª secções do 1º districto).
Cannabrainha (1ª e 2ª secções).
Condinho (Barra, 1ª secção do 1º districto).
S. João Baptista (Condinho, 1ª secção do 3º districto).
Santa Rosa (S. João Baptista de Condinho, 2ª secção do 3º districto).
S. Felipe (Barra, secção unica do 2º districto).
Cruz das Almas (1ª e 2ª secções).
Caetetê (Duas Barras).
Ferrador (Caetetê).
Lapa Real (Caetetê).
Bonito (Caetetê).
Gentio (Caetetê).
Cachoeira de Itabira (Ilhéos, 3º districto).
Alagoinhas (3ª secção do 1º districto).
Agua Pé (Cachoeira, 2ª secção).
S. Pedro de Muritiba (2ª secção).
S. Gonçalo dos Campos (1ª secção).
Andarahy (2ª secção).
Sapatuly (2ª secção).
Pilar (2ª secção).
Humildes (Feira de Sant'Anna, 3ª secção do 2º districto).
S. Pedro.
Bravado (Lenções, 1ª secção).
Cachoeirinha (Belmonte, 3º districto).
Itiúba (1ª secção).
Porto Seguro (1ª secção).
Jesus Maria José do Valente (4ª secção).
Villa Bella (2ª secção).
Sant'Iago de Iguape (1ª secção).
Cachoeira (Conceição da Feira, 2ª secção).
S. Pedro (Capital, 6ª secção).
Sé (Capital, 4ª secção).
Cardeal (2ª secção do 1º districto).
Cayrú (1º districto).
Trancoso (Villa).
Villa Verde.
Una.
Conceição da Feira.
Nagê e Coqueiro.
Monte Gordo.
Piedade de Matuim.
Villa Viçosa (Colonia Leopoldina, 2º districto).
Fazenda do Gado (Brejo Grande).
Carinhonha (Villa).
Villa Viçosa.
Barreiras de Jacuruna (Itaparica).
Maricoabo (Valença).
Olivensa (Villa).
S. Pedro do Assú da Torre (2º districto).
Secretaria da Camara dos Deputados, 6 de outubro de 1890.— O director, Dr. *Horacio Leal de Carvalho Reis*.

Pelo *Entre Rios*, para Santos, impressos até ás 6 horas da manhã, cartas para o interior até ás 6 1/2, ditas com porte duplo até ás 7 idem.

— Amanhã: Pelo *Estrella*, para Victoria, Bahia e Aracajú, impressos até ás 5 horas da manhã, cartas para o interior até ás 5 1/2, ditas com porte duplo até ás 6, objectos para registrar até ás 6 da tarde de hoje.

Pelo *Mathilde*, para Itapamerim, Piuma, Benevente, Guarapary, Victoria e S. Mathheus, impressos até ás 5 horas da manhã, cartas para o interior até ás 5 1/2, ditas com porte duplo até ás 6, objectos para registrar até ás 6 da tarde de hoje.

Pelo *Graf Bismark*, para Bahia, Antuerpia, Lisboa e Bremen, impressos até ás 7 horas da manhã, cartas para o interior até ás 7 1/2, ditas com porte duplo até ás 8, objectos para registrar até ás 6 da tarde de hoje.

Pelo *Chancer*, para Nova York, impressos até á 1 hora da tarde, cartas para o exterior até ás 2, objectos para registrar até á 1 idem.

Pelo *Cabral*, para Paranaguá, Santa Catharina, Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre, impressos até ás 9 horas da manhã, cartas para o interior até ás 9 1/2, ditas com porte duplo até ás 10, objectos para registrar até ás 6 da tarde de hoje.

— As malas para a povoação do Bananal, Barreira do Soberbo, Sebastiana, Alto e Varzea de Theresopolis, que eram expedidas ás 3ª e 5ª feiras e aos sabbados, ás 3 horas da tarde, passam de ora em diante a ser expedidas diariamente e ás 7 horas da manhã, recebendo-se a correspondencia até ás 6 1/2 horas.

Outrosim, a mala para Magé, que tambem era expedida ás 3 horas da tarde, passa a ser expedida ás 7 horas da manhã, diariamente, como então, recebendo-se tambem a correspondencia até ás 6 1/2 horas.

Pagadoria do Thesouro—Pagam-se hoje a folha da cathedral da Capital Federal e ferias do Corpo de Bombeiros.

Contadoria Geral da Guerra—Pagam-se hoje, os fornecedores das diversas repartições deste ministerio e demais despesas.

Repartição Central Meteorologica—Resumo meteorologico da estação do morro de Santo Antonio

Dia 3 de outubro de 1890

Temperatura á sombra..	maxima....	23,6
	minima....	17,6
	média....	22,6
Dita na relva.....	maxima....	14,4
	minima....	29,9
Dita ao sol.....	maxima....	54,6

— E no dia 4:

Temperatura á sombra..	maxima....	22,7
	minima....	18,6
	média....	20,6
Dita na relva.....	maxima....	21,2
	minima....	16,4
Dita ao sol.....	maxima....	38,8

Ozone, 6º,0.

Observatorio Astronomico—Resumo meteorologico dos dias 1 e 2 de outubro

N. DE SDEM	DIAS	HORAS	BAROMETRO mm	TERMOMETRO CENTIGRADO	TENSAO DO VAPOR	HUMIDADE RE- LATIVA
1	1	7 hs. da noite..	752,40	20,8	13,77	77,2
2	2	1 » » manhã.	177,71	18,8	14,98	78,5
3	»	7 » » »	757,05	20,0	13,97	77,6
4	»	1 » » tarde..	751,88	21,6	15,60	67,6

NOTICIARIO

Malas—O correio geral expede hoje as seguintes:

Pelo *Bezerra de Menezes*, para Macahé e Campos, impressos até á 1 hora da tarde, cartas para o interior até á 1 1/2, ditas com porte duplo até ás 2, objectos para registrar até á 1 idem.

Pelo *Camillo*, para Desterro, Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre, impressos até ás 9 horas da manhã, cartas para o interior até ás 9 1/2, ditas com porte duplo até ás 10 idem.

Pelo *Montevideo*, para Santos, impressos até ás 11 horas da manhã, cartas para o interior até 11 1/2, ditas com porte duplo até ás 12, objectos para registrar até ás 11 idem.

Thermometro desabrigado ao meio dia: pra-teado 37,5, ennegrecido 54,0.
Temperatura maxima 27,0.
Temperatura minima 16,8.
Evaporação 1,1.
Ozone 6.
Velocidade média do vento em 24 hs., 2^m, 2.

Estado do céu

- 1) 0, encobertos por cirro cumulus, vento nullo.
- 2) Limpo, vento nullo.
- 3) 0, 1 Encoberto por cirro, vento nullo.
- 4) 0, 5 encoberto por cirro e nevoeiro, vento S. F. 2,3.

Dias 2 e 3 de outubro de 1890

N. DE ORDEM	DIAS	HORA	BAROMETRO A 0°	THERMOMETRO CENTIGRADO	TENSÃO DO VAPORE	HUMIDADE RELATIVA
1	2	7 hs. da noite..	755.86	22,2	13,43	67,4
2	3	1 " " manhã.	755.76	13,8	15,03	83,0
3	"	7 " " "	7.7.41	20,2	14,98	85,0
4	"	1 " " tarde..	756.78	22,6	14,46	71,2

Thermometro desabrigado ao meio dia: pra-teado 29,5, ennegrecido 40,0.
Temperatura maxima 26,5.
Temperatura minima 17,6.
Evaporação 2^m, 8.
Ozone 6,0.
Velocidade média do vento em 24 hs. 2^m, 5.

Estado do céu

- 1) 0,6 encoberto por cirro-cumulus, cumulo-nimbus, vento calmo.
- 2) 0,4 encobertos por cirrus e cirro-cumulus, vento.
- 3) 0,6 encobertos por cirro-cumulus e nevoeiro, vento E 2^m, 1.
- 4) 0,8 encobertos por cirro-cumulus e cumulus, vento S 6^m, 7.

Santa Casa da Misericordia—O movimento do hospital da Santa Casa da Misericordia, dos hospícios de Nossa Senhora da Saude, de S. João Baptista, de Nossa Senhora do Socorro e de Nossa Senhora das Dores, em Cascadura, foi, no dia 1 de outubro, o seguinte:

	Nacionaes	Est.	Total
Existiam.....	796	547	1.343
Entraram.....	25	24	59
Sahiram.....	21	23	44
Falleceram.....	5	4	9
Existem.....	795	544	1.340

O movimento da sala do banco e dos consultorios publicos foi, no mesmo dia, de 597 consultantes, para os quaes se aviaram 767 receitas. Fizeram-se 3 extracções de dentes.

— E no dia 2:

	Nacionaes	Est.	Total
Existiam.....	796	514	1.310
Entraram.....	20	29	49
Sahiram.....	25	27	52
Falleceram.....	7	2	9
Existem.....	784	514	1.298

O movimento da sala do banco e dos consultorios publicos foi, no mesmo dia, de 460 consultantes, para os quaes se aviaram 585 receitas. Fizeram-se 35 extracções de dentes.

TRIBUNAES

CONSELHO SUPREMO MILITAR

SESSÃO EM 6 DE OUTUBRO DE 1890

Achando-se presentes os Srs. conselheiros de guerra Barão de Ivinheima, Barão de Miranda Reis, Elisario, Abreu e Simeão, foi aberta a sessão.

Lida e approvada a acta da antecedente, o secretario de guerra deu conta do expediente, que se acha lançado no livro da porta, na sessão de hoje.

Foram assignadas as seguintes consultas: do pharmaceutico do exercito Augusto Ferreira Chaves Accioli, do alferes reformado Floriano Gomes dos Santos e a do sargento invalido Theodoro Teixeira Gomes Gerly, que

se ausentou do paiz sem licença do governo, e discutiu-se a que diz respeito ao contra-almirante Ignácio Joaquim da Fonseca.

E de nada mais se podendo tratar, o Sr. presidente encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta acta.

SEGUNDA VARA COMMERCIAL

JUIZ DE DIREITO DR. MACEDO SOARES — ESCRIVÃO ABREU

Liquidação

Da firma F. G. Guimarães & Comp.—Arbitrados os salarios do perito do exame de livros.

Fiança de corretor

Supplicante Alfredo Gastão de Villemar do Amaral.—Julgada idonea.

Protesto

Supplicantes os naufragos do vapor *Buenos Ayres*.—Julgado por sentença para os devidos efeitos legais.

Executivo por hypotheca

Autora Zulmira Augusta Ramos Ribeiro.—Julgado o lançamento.

Notificação

Notificante o Dr. curador fiscal dos massas fallidas na fallencia de Adelino Duarte de Figueiredo.—Arbitrados os salarios dos peritos do exame de livros.

Execução

Exequentes Chaves Braga & Comp.—Julgado por sentença o termo de desistencia do agravo.

Fallencia

Fallidos Regal & Oliveira.—Julgados estes rehabilitados.

Acção ordinaria

Autor Thomaz Alves do Carvalho.—Do prazo aproveitavel resta ao réo cinco dias, afim de provar a sua defesa.

ESCRIVÃO LAZARY

Notificação

Notificante Manoel Gomes Ribeiro.—Julgados o lançamento e a comminação da notificação.

Justificação

Justificante Manoel Dias Campos.—Julgados justificados os itens da petição de fls. 2.

Fallencias

Fallidos: Candido Lopes Moutinho.—Nos termos da conta de fls. 228 e da cota do Dr. curador fiscal, prosiga-se.

Antonio José Gonçalves Ribeiro & Comp.—Cumpra-se o accordo: convoquem-se os credores para os fios dos arts. 856 e 857 do codigo do commercio.

Serpa Guimarães & Comp.—Julgados rehabilitados os fallidos.

Acções de 10 dias

Autores: Marcos Antunes Marcello.—Desprezada a excepção, assigne-se aos réos novo decendio.

Alvaro de Souza.—Julgada a desistencia.

E, para que chegue á noticia de todos mandou-lavrar, fixar e publicar pela imprensa o presente edital.

Intendencia Municipal—Rio de Janeiro, 3 de outubro de 1890. E eu, José Antonio de Magalhães Castro Sobrinho, secretario, o subscrevi e assigno.—Dr. José Felix da Cunha Menezes, presidente.—Barão Homem de Mello vice-presidente.—João Lopes Carneiro da Fontoura.—Joaquim Raymundo de Lamare.—Vicente José de Carvalho Filho.—Dr. Alfredo Piragibe.—Dr. Augusto de Vasconcellos.—José Antonio de Magalhães Castro Sobrinho, secretario.

Guarda Nacional da Capital Federal

Ordem do dia n. 5

Publico, para conhecimento da Guarda Nacional sob meu commando que, por decretos de 30 de setembro ultimo e 3 do corrente mez

Foram nomeadas para os corpos abaixo declarados jos seguintes Srs. officiaes:

Estado-maior do commando superior—Cirurgião-mór o Dr. Manoel Velloso Paranhos Pederneras.

Batalhão de artilharia

2^a companhia—Capitão, Severiano Rodrigues da Fonseca Hermes.

1^o tenente, José Luiz Berford Quadros.

3^a companhia—1^o tenente, o 2^o dito José Francisco Kahl.

5^a companhia.—Tenente, Alberto de Assumpção.

6^a companhia—2^o tenente, Evaristo Tarquinio de Figueiredo Teixeira.

7^a companhia—2^o tenente, Joaquim Luiz Braga Junior.

2^o batalhão de infantaria

3^a companhia—Tenente, Alberico Henrique de Oliveira.

4^a companhia—Capitão, o tenente Alexandre Alberto Fernandes da Silva.

3^o batalhão de infantaria

Tenente-coronel commandante, o capitão da 1^a companhia Justiniano de Castro Madureira.

1^a companhia—Capitão, o tenente Victor Gonçalves Torres.

Tenente, Tancredo Pedro de Azevedo Leal.

3^a companhia—Capitão, o tenente Olegario Herculano de Aquino e Castro Junior.

Tenente, Alberto Naylor.

Foi reformado, a pedido, no posto de major, o Sr. capitão da 2^a companhia do 7^o batalhão de infantaria Enéas Augusto Nobroga de Pontes.

Foi transferido, a pedido, para a reserva ficando aggregado ao respectivo 1^o batalhão, o Sr. 2^o tenente do batalhão de artilharia, Americo Ferreira de Almeida.

Congratulando-me com os Srs. officiaes recentemente nomeados pela prova de fiança que acaba de lhes ser dada pelo governo federal, espero dos mesmos camaradas toda a coadjuvação possivel, e convido-os, bem como a camarada que obteve reforma, a quem agradeço os serviços prestados a esta corporação, a apresentarem suas patentes para as necessarias averbações.

— Publico mais:

Por actos do 3 deste mez, nomeei para servirem: como meu ajudante de pessoa, o Sr. tenente do 5^o batalhão de infantaria Fernando Carlos de Menezes, e, como meu ajudante de campo o Sr. tenente do 4^o batalhão da mesma arma, Ernesto Augusto de Senna Pereira.

Por impedimento justificado do Sr. tenente-coronel Arthur José Goulart, commandante do 1^o batalhão de infantaria, passou a commandar interinamente o mesmo batalhão, no dia 2 do corrente, o Sr. capitão Luiz de Oliveira e Souza.

Quartel General do Commando Superior da Guarda Nacional da Capital Federal, 4 de outubro de 1890. — José de Almeida Barreto, general de divisão.

EDITAES E AVISOS

Intendencia Municipal

Apuração geral dos votos para senadores e deputados ao primeiro Congresso Nacional

A Intendencia Municipal Capital Federal faz saber que, não tendo podido effectuar-se no dia 30 de setembro findo, por falta das respectivas authenticas eleitoraes, nos termos do art. 53, §§ 1^o e 2^o do decreto n. 511 de 23 de junho deste anno, terá logar no dia 7 do corrente, ás 10 horas da manhã, na sala das sessões do conselho, pelas authenticas eleitoraes recebidas, a apuração geral dos votos para senadores e deputados, que têm de constituir o primeiro Congresso Nacional, convocado para o dia 15 de novembro proximo.

Alfandega do Rio de Janeiro

Edital de praça n. 10

Pela inspectoría da Alfandega do Rio de Janeiro se faz publico que no armazem do consumo, no dia 9 do corrente, ao meio dia, se hão de arrematar, livres de direitos a mercadorias seguintes :

Armazem n. 3. — Marca RJC: 1 caixa n. 620, contendo 100 kilos de papel para embrulho, vinda do Havre no vapor francez *Orenoque*, em 30 de setembro de 1889.

Marca MGC: 1 dita n. 5.528 contendo 50 espadas com copos e bainhas de metal branco, vinda de Hamburgo no vapor allemão *Hamburgo*, em 3 de dezembro de 1889.

Marca CF&C: 1 dita n. 126, contendo 30 kilos de cartazes annuncios de mais de uma côr, vinda de Nova York no vapor americano *Finance*, em 13 de novembro de 1889.

Lettreiro Finnie Brother: 1 dita contendo 5 volumes de ferro (machinismos), vinda de Bordéus no vapor *Finance*, em 13 de abril de 1889.

Marca M: 1 amarrado contendo quadros annuncios de uma só côr, pesando 50 kilos, da mesma procedencia, navio e descaga.

Armazem n. 11. — Sem marca: 2 caixas contendo livros impressos em brochuras (*Annues do Parlamento e Decisões do governo de Hespanha*).

Marca SFH: 1 dita n. 4.700 contendo obras de vidro n. 1 coalhado, pesando liquido 60 kilos.

Marca BFG: 1 dita n. 40, contendo 240 espartilhos de algodão.

Marca GF: 1 dita n. 180, contendo um espelho com moldura de madeira ordinaria (quebrado).

Marca JFMG: 1 dita n. 53, contendo 12 duzias de escovas não especificadas, 12 pares de estribos de ferro polido; 24 pares de lóros e 27 kilos de cadarço de lã.

Marca LE: 1 dita n. 1, contendo obras de folhas de Flandres pintadas, pesando 75 kilos (quadros annuncios).

Marca JSG: 1 dita n. 1.975, contendo 144 kilos de oleographias.

Marca FS—PDC: 1 caixa contendo tres kilos de perfumarias, 900 grammas de obras não classificadas, de osso, 720 ditas de feltro em obras.

Marca MPC—SB: 1 dita n. 1, contendo seis arados.

Marca B: 4 ditas contendo 32 kilos de farinhas nutritivas.

Sem marca: 1 mala com roupa usada.

Marca AS: 1 dita n. 13, contendo cartazes, folhinhas de mais de uma côr, pesando 14 kilos.

Armazem n. 6 — Lettreiro AD — Bahia: 2 ditas contendo 24 garrafas com cognac, medindo 10 litros.

O mesmo lettreiro: 3 ditas contendo 34 garrafas com licores communs, medindo 34 litros.

Lettreiro Carvalho Silva & Comp.: 1 dita n. 45, contendo 12 kilos de sabonetes perfumados.

Marca 5.812: 1 dita contendo 7 kilos de molduras douradas.

Marca CFC: 1 dita contendo 12 kilos de damasco de seda.

Armazem n. 9 — Marca P: 1 engradado n. 246, contendo portas de madeira para armario, pesando 240 kilos.

Marca JJR: 1 caixa contendo obras de folhas de Flandres, pintadas, pesando 12 kilos.

Abandonos: 54 camizas de morim para mulher, 41 kilos de merinó preto e 7 kilos de filó não especificado, de algodão, (com avarias).

223 kilos de argolas de ferro, estanhadas.

Armazem da bagagem — Sem marca: 7 cadeiras e 2 bancos, sendo de vime, madeira e lona.

Sem marca: 1 caixa contendo roupa usada.

Lettreiro Miguel Cohaguo: 1 bálti idem, idem.

Marca MJ: 1 dito idem idem.

Marca MS: 1 caixa n. 9.457, contendo 14 kilos de pelles tintas.

Lettreiro Miguel Valverde: 1 caixa contendo roupa usada.

Marca MRV: 1 dita idem idem.

Lettreiro Francisco Camara de Cantagalo: 1 dita idem idem.

Sem marca: 1 lata de folha e 1 bacia de folha.

Lettreiro João P. Soma: 1 bálti vasio.

Sem marca: 1 garrafão, 1 caixa, 1 cesta de mão e 1 mala de mão, vasios.

Lettreiro E. Parisot: 1 volume contendo ferramenta para relojoeiros.

Sem marca: 12 cadeiras de abrir e fechar, de vime.

Sem marca: 1 mala com roupa usada.

Lettreiro C. Araujo: 1 caixa idem idem.

Lettreiro F. J. G. Souza: 1 fardo idem idem.

Sem marca: 1 caixa idem idem.

Alfandega do Rio de Janeiro, 6 de outubro de 1890. — Pelo inspector, *Alexandre A. R. Sattamini*.

Repartição Hydrographica

AVISO N. 2—COSTA DO GURUPY

Maneira de demanlar o canal do Gurupy e sua navegação até a foz desse rio

Vindo do Pará — Tendo-se a costa à vista, navega-se a collocar o Morro do Tacupy pelo lado oriental da Ilha da Sumaca, na distancia apparente de tres a quatro metros; satisfeita esta condição apro-se ao sul até descobrir a ilha da Bocanga; em seguida navega-se ao SO4. S. ou SSO. até projectar a serra do Preá que fica no interior, por de traz do mesmo Morro do Tacupy. Então segue-se direito ao Tacupy, conservando sempre este alinhamento (Morro do Tacupy projectado sobre a serra do Preá) até que se descubra pelo sul da ilha da Pedra a praia do Bocanguinha ou até que a ponta de O. da ilha Nova fique pouco aberta da Ponta do Gurupy. Procura-se então conservando a ilha da Pedra pela amura de BB. costeando pelo lado occidental o banco que a ella se liga.

Assim se segue até chegar à mesma ilha da Pedra passando proximo a ella, afim de evitar a coroa que sahe da Ponta do Gurupy no alinhamento das duas.

Transposta a ilha da Pedra, aproa-se ao pequeno intervallo existente entre a malha branca do Bocanguinha e o rancho ali levantado, tendo o cuidado de levar occulto pela ponta do Gurupy metade da ilha da Cupecaia. Ao chegar proximo à ponta do Bocanguinha, vê-se abrir o rio Gurupy, o qual será demanlado costeando a ilha do Bocanguinha, junto da qual corre o canal mais profundo.

Indo do Maranhão — Tendo a costa à vista distinguem-se, muito distanciada uma da outra, as duas marcas que servem para a entrada do Canal, o Morro do Tacupy a E. e a ponta oriental da ilha da Sumaca a Oeste. Navega-se a collocar estes dous pontos na distancia apparente de tres a quatro metros e dali segue-se a derrota acima descripta.

Repartição Hydrographica, 4 de outubro de 1890. — *Francisco Calheiros da Graça*, capitão de fragata, director geral.

Intendencia da Guerra

O Conselho de Compras desta repartição recebe propostas no dia 7 do corrente, até ás 11 horas da manhã, para a compra dos artigos abaixo especificados

A saber :

12.412^m,50 de algodão morim para camizas, tendo 0^m,71 de largura pelo meos.

739 metros de algodão branco liso enfiado para lençoes.

26.161^m,50 de brim escuro regular trançado para fardamento.

35.807^m,20 de brim branco liso para calças e bornaes.

129^m,70 de ganga encarnada para vivos. 450 metros de baeta azul ferrete para camisolas.

1.420^m,472 de panno encarnado para vistas. 990 metros de panno azul regular para ponches.

660 metros de filéle amarello para bandeiras.

1.600 pares de cothurnos para tropa, igues ao typo.

1.075 colchões cheios de capim com capas de algodão riscado e trançado, tendo 1^m,80 de comprimento, 0^m,66 de largura e 0^m,13 de altura.

675 travesseiros com o mesmo enchimento e capas de igual fazenda dos colchões, tendo 0^m,66 de comprimento e 0^m,22 de diametro.

Para alumnos da Escola Militar: 2.010 metros de brim branco trançado fino para calças.

2.726 metros de brim escuro trançado fino de espinla para calças e blusas.

50^m,40 de velludo azul escuro para dolmans.

1.080 de flanella azul ferrete, superior para calças e blusas.

752 metros de morim para bolsos.

240 metros de gânga azul para vivos.

160 metros de alpaca preta de seda para dolmans.

Tolos os artigos serão fornecidos de prompto à excepção dos cothurnos, colchões e travesseiros, que serão entregues no menor prazo possivel.

Os proponentes, sob pena de não serem tomadas em consideração as suas propostas, deverão apresentar amostras dos artigos que pretendem fornecer, deixando tambem de serem consideradas as propostas que não forem feitas de accordo com o art. 64 do regulamento em vigor descriptas com tinta preta, em duplicata, com referencia a um só artigo, o numero e marca das amostras, e, finalmente, declaração de sujeitarem-se à multa de 5 % no caso de recusar-se assignar o respectivo contracto.

Rio de Janeiro, 3 de outubro de 1890. — Pelo secretario, o 1^o official *A. B. da Costa Aguiar*.

Intendencia da Guerra

Assinatura de contracto

Os Srs. Manoel Joaquim Pimenta Velloz, Vieira de Carvalho Filho & Torres, Pinto & Madureira, Pinto Oliveira & Comp, Leon Simon, Azevedo Alves & Carvalho, Cunha Guimarães & Comp., Mattos & Coelho, Guimarães Pinto & Sampaio, Alberto de Almeida & Comp., Custodio Pereira da Silva Guimarães, são convidados; a comparecer a esta Secretaria, afim de firmarem os contractos dos artigos que lhes foram accitos em sessão do conselho de compras de 5 de setembro proximo passado, na intelligencia de que incorrerá na multa de 5 % aquelle que deixar de fazel-o até ao dia 8 do corrente.

Rio de Janeiro, 4 de outubro de 1890.—Pelo secretario, o 1^o official—*A. B. da Costa Aguiar*.

Estrada de Ferro Central do Brazil

Concurrencia para a construcção de um muro para fechar o perimetro das officinas do Engenho de Dentro.

De ordem da directoria se faz publico que no dia 13 do corrente ás 11 horas da manhã, recebem-se propostas para a construcção de um muro para fechar o perimetro das officinas, segundo as condições e mais especificações que se acham no escriptorio da locomoção no Engenho de Dentro.

Os proponentes deverão apresentar-se na repartição à hora acima indicada, trazendo as propostas fechadas, devidamente selladas, datadas, assignadas, depositando previamente a caução de 500\$, que reverterá para a estrada, no caso de recusar-se o proponente

cuja proposta for preferida, a assignar o respectivo contracto.

As propostas serão abertas e lidas em presença dos interessados.

Secretaria da Estrada de Ferro Central do Brazil, em 6 de outubro de 1890.—O secretario, *Manoel Fernandes Figueira*.

Estrada de Ferro Central do Brazil

Abertura ao trafego da estação de Ewbank da Camara

Para conhecimento do publico declara-se que, domingo 12 do corrente, será aberta ao trafego, no logar denominado Taboões, a estação de Ewbank da Camara entre Dias Tavares e João Gomes, na linha central.

O movimento dos trens na referida estação será regulado pelo horarie seguinte:

PARA O INTERIOR

Chegada	Partida	Chegada	Partida
S 1 De tarde		M 15 De manhã	
1—02	1—04	6—46	6—48

DO INTERIOR

Chegada	Partida	Chegada	Partida
S 2 De manhã		M 16 De tarde	
11—54	11—56	5—24	5—26

Escriptorio do trafego—Capital Federal, 6 de outubro de 1890.—*Abel Ferreira de Mattos*, chefe do trafego.

Escola Polytechnica

Exames da 1ª epoca

De ordem do Sr. Dr. director da escola faço publico, para conhecimento dos interessados, que de 1 a 15 de outubro do corrente anno se achará aberta nesta secretaria a inscripção para os exames da 1ª epoca das cadeiras e aulas dos diversos cursos desta escola, relativos ao anno lectivo de 1890.

Faço tambem sciente que de 20 a 25 do mesmo mez, serão dados os talões para pagamento das taxas de exames, os quaes deverão ficar entregues na secretaria até ao dia 27, como provando ter sido feito o respectivo pagamento.

Igualmente se receberá, de 1 a 20 desse mez, na forma das disposições regulamentares baixadas com o decreto n. 9827 de 31 de dezembro de 1887 e de accordo com a portaria de 3 de novembro do mesmo anno os requerimentos dos candidatos aos exames das materias exigidas para o titulo de agrimensor e os daquelles que pretenderem prestar os exames dos preparatorios necessarios para admissão no 1º anno do curso geral: algebra, geometria, trigonometria rectilinea e desenho geometrico e elemental.

Findos os prazos marcados, ninguem será mais admittido ás respectivas inscripções, salvo motivo provado de força maior; não sendo incluídos nas relações de exames os alumnos que deixarem de satisfazer, no periodo acima designado, os competentes pagamentos.

Os alumnos matriculados não precisam requerer exame das materias a que se referir sua matricula.

Secretaria da Escola Polytechnica, 8 de setembro de 1890.—O secretario, *Augusto Saturnino da Silva Diniz*.

Edições

De praça

O Dr. José Joaquim Ferreira da Costa Braga, juiz substituto dos Feitos da Fazenda Nacional da Capital Federal, etc.

Faz saber a quantos o presente edital, com o prazo de nove dias, virem que, no dia 10 de outubro, o porteiro dos auditorios trará a publico prégão de venda e arrematação e entregará a quem mais dêr e maior lance offerecer, na execução que a Fazenda Nacional move contra Daniel, 13/100 do predio da rua de Hospicio n. 126. Mede de frente 5 metros e de fundos 17 ditos, tem na frente nas lojas tres portas, portadas de cantaria e no sobrado no 1º andar tres janellas de saccada e no 2º tres ditas de peitoril, portadas de madeira; a construção é de pedra e cal somente a parede da frente e dos lados até o vigaamento do 1º andar, sendo as outras paredes dos fundos e lados e bem assim suas divisões de tijolo; dividida a loja em quatro salas e quarto, tem ao centro uma área quadrada, nos fundos uma outra área na qual tem uma escada de pedra que vae ao sobrado. No 1º andar tem duas salas, dous quartos, tendo na sala interna para a área do centro um corredor que vae ter ao sobrado dos fundos e neste tem sala, corredor, dos quartos e cozinha, e no 2º andar tem duas salas, dous quartos, dous corredores, um pequeno terraço, por cima do corredor do 1º andar. E' todo o predio forrado e assoalhado; construção muito antiga e está quasi em ruinas. Só tem valor o solo para o material, que está muito estragado. Avaliado em 5:000\$; as 13/100 partes em 650\$000.

E, não havendo arrematante pelo preço da avaliação, voltará o immovel á praça com o intervalo de oito dias e com o abatimento de 10%; si nesta ainda não encontrar lance superior ou igual ao valor determinado pelo dito abatimento, irá á terceira praça, com o mesmo intervallo e novo abatimento de 10%, e neste caso será arrematado pelo maior preço que for offerecido, sem que, em hypothese alguma, seja permittida a acção de nullidade por lesão de qualquer especie, tudo na forma do art. 19, cap. 5º do regulamento que baixou com o decreto n. 9885, de 29 de fevereiro de 1888. E, quem no mesmo quizer lançar deverá comparecer á praça deste juizo, que ha de fazer no dia acima designado ás portas da Relação. E para que chegue ao conhecimento e noticia de todos, o presente edital será publicado pela imprensa e affixado nos logares do costume pelo porteiro dos auditorios, que deverá lavrar a competente certidão para ser junta aos autos. Dado e passado na Capital Federal dos Estados Unidos do Brazil em 1 de outubro de 1890. E eu, Iclirerico Narbal Pamplona, o subscrevi.—*José Joaquim Ferreira da Costa Braga*.

De praça

O Dr. José Joaquim Ferreira da Costa Braga, juiz substituto dos Feitos da Fazenda Nacional da Capital Federal, etc.

Faz saber a quantos o presente edital, com o prazo de nove dias, virem que, no dia 10 de outubro de 1890, o porteiro dos auditorios trará a publico prégão de venda e arrematação e entregará a quem mais dêr e maior lance offerecer, na execução que a Fazenda Nacional move contra Joaquim de Freitas Lima, o predio da rua de Urugayana n. 101, mede de frente 11m,20 e de fundos 19m,25, tem na frente nas lojas um portão e uma porta e nos dous andares tem em cada um tres janellas de saccada de grado de ferro, portadas de cantaria, as lojas tem um armazem parte assoalhado e parte não, nos fundos uma escada que vae ter a uma sobre-loja. O 1º andar é dividido em duas salas, dous quartos e cozinha. No 2º andar tem duas salas, dous quartos e um pequeno terraço ladrilhado; construção parte de pedra e cal e parte de tijolo. E' todo o predio forrado e assoalhado, não tem quintal e está estragado, precisando de obras e pinturas. E' avaliado em 10:000\$.

E, não havendo arrematante pelo preço da avaliação, voltará o immovel á praça com o intervalo de oito dias e com o abatimento de 10%; si nesta ainda não encontrar lance superior ou igual ao valor determinado pelo dito abatimento, irá á terceira praça com o mesmo intervallo e novo abatimento de 10%, e neste caso será arrematado pelo maior preço que for offerecido, sem que, em hypothese alguma, seja permittida a acção de nullidade por lesão de qualquer especie, tudo na forma do art. 19, cap. 5º do regulamento que baixou com o decreto n. 9885 de 29 de fevereiro de 1888. E, quem no mesmo quizer lançar, deverá comparecer á praça deste juizo, que ha de fazer no dia acima designado, ás portas da Relação. E para que chegue ao conhecimento e noticia de todos, o presente edital será publicado pela imprensa e affixado nos logares do costume pelo porteiro dos auditorios, que deverá lavrar a competente certidão, para ser junta aos autos. Dado e passado na Capital Federal dos Estados Unidos do Brazil em 1 de outubro de 1890. E eu, Iclirerico Narbal Pamplona, o subscrevi.—*José Joaquim Ferreira da Costa Braga*.

De praça

O Dr. José Joaquim Ferreira da Costa Braga, juiz substituto dos Feitos da Fazenda Nacional da Capital Federal, etc.

Faz saber a quantos o presente edital, com o prazo de nove dias, virem que, no dia 10 de outubro de 1890, o porteiro dos auditorios trará a publico prégão de venda e arrematação e entregará a quem mais dêr e maior lance offerecer, na execução que a Fazenda Nacional move contra José Machado de Miranda, o terreno e predio da rua de D. Marianna n. 6. Mede de frente 5m,30 e de fundos 7m,60, tem jardim na frente com gradil de ferro e portão. A casa tem porta ao centro e janella de cada lado, portadas de madeira, é dividido em duas pequenas salas, dous quartos, cosinha e o sofá tem uma sala somente, tem nos fundos uma pequena área, e sua construção e divisões de tijolo. E' forrado e assoalhado menos a cosinha que é chão e telha vã. Está precisando de reparos e pinturas. E' avaliado em 1:000\$000.

E, não havendo arrematante pelo preço da avaliação, voltará o immovel á praça com o intervalo de oito dias e com o abatimento de 10%; si nesta ainda não encontrar lance superior ou igual ao valor determinado pelo dito abatimento, irá á terceira praça com o mesmo intervallo e novo abatimento de 10% e neste caso será arrematado pelo maior preço que for offerecido, sem que, em hypothese alguma, seja permittida a acção de nullidade por lesão de qualquer especie, tudo na forma do art. 19, cap. 5º do regulamento que baixou com o decreto n. 9885 de 29 de fevereiro de 1888. E quem no mesmo quizer lançar, deverá comparecer á praça deste juizo, que ha de fazer no dia acima designado ás portas da Relação. E para que chegue ao conhecimento e noticia de todos, o presente edital será publicado pela imprensa e affixado nos logares do costume pelo porteiro dos auditorios, que deverá lavrar a competente certidão para ser junta aos autos. Dado e passado na Capital Federal dos Estados Unidos do Brazil em 1 de outubro de 1890. E eu, Iclirerico Narbal Pamplona, o subscrevi.—*José Joaquim Ferreira da Costa Braga*.

De praça

O Dr. José Joaquim Ferreira da Costa Braga, juiz substituto dos Feitos da Fazenda Nacional da Capital Federal, etc.

Faz saber a quantos o presente edital, com o prazo de nove dias virem que, no dia 10 de outubro do corrente anno, o porteiro dos auditorios trará a publico prégão de venda e arrematação e entregará a quem mais dêr e maior lance offerecer na execução que a Fazenda Nacional move contra Emilia Jones, 1/30 do predio da rua de S. Pedro n. 147, mede de frente 7m,30 e de fundo 30m,60, tem da frente

nas lojas um portão e duas portas, e nos dous andares em cada um tres janellas de sacada, portadas do cantaria; a loja é dividida em um grande armazem, tendo no fim uma área quadrada, para a qual deita o armazem, duas portas, e, em seguida, um pequeno corredor que se comunica com dous quartos nos fundos, forrado e assoalhado, não tem quintal. O 1º andar divide-se em tres salas, dous quartos e cozinha. O 2º andar é dividido em duas salas, quarto e terraço ladrilhado. E' todo o predio forrado e assoalhado, construcção boa, de pedra e cal, e frontal de tijollo. Precisa obras e pinturas. Avaliado em 20:000\$000 e a 1/30 parte pertencente a executada, em 666\$866.

E, não havendo arrematante pelo preço da avaliação, voltará o imóvel á praça com o intervallo de oito dias e com o abatimento de 10%; si nesta ainda não encontrar lanço superior ou igual ao valor determinado pelo dito abatimento, irá á terceira praça com o mesmo intervallo e novo abatimento de 10% e neste caso será arrematado pelo maior preço que for offerecido, sem que, em hypothese alguma, seja permitida a acção de nullidade por lesão de qualquer especie, tudo na fórma do art. 19, cap. 5º do regulamento que baixou com o decreto n. 9885, de 29 de fevereiro de 1888. E quem no mesmo quizer lançar deverá comparecer á praça deste juizo, que ha de fazer no dia acima designado ás portas da Relação. E para que chegue ao conhecimento e noticia de todos, o presente edital será publicado pela imprensa e affixado nos logares do costume pelo porteiro dos auditorios, que deverá lavar a competente certidão para ser junta aos autos. Dado e passado na Capital Federal dos Estados Unidos do Brazil, em 1 de outubro de 1890. E eu, Iclirerico Narbal Pamplona o subscrevi. — José Joaquim Ferreira da Costa Braga.

De praça

O Dr. José Joaquim Ferreira da Costa Braga, juiz substituto dos Feitos da Fazenda Nacional da Capital Federal, etc.

Faz saber a quantos o presente edital, com o prazo de nove dias virem que, no dia 10 de outubro de 1890, o porteiro dos auditorios trará a publico prégão de venda e arrematação e entregará a quem mais dêr e maior lanço offerer, na execução que a Fazenda Nacional move contra Emilio Gomes da Costa Miranda, o predio da rua da Lapa n. 49. Mede de frente 4 metros e de fundos 30m,10, tem na frente duas janellas de sacada e grade de ferro e na loja porta e rotula, todas as portadas são do cantaria; a loja é dividida em duas salas, dous quartos e cozinha, e tem um pequeno terraço todo ladrilhado. O sotão divide-se em duas pequenas salas, é todo assoalhado e forrado, não tem quintal; tem uma escada que vai para o sotão, precisa reparos e pinturas. Avaliado em 3:000\$000.

E, não havendo arrematante pelo preço da avaliação, voltará o imóvel á praça com o intervallo de oito dias e com o abatimento de 10%; si nesta ainda não encontrar lanço superior ou igual ao valor determinado pelo dito abatimento, irá á terceira praça com o mesmo intervallo e novo abatimento de 10%, e neste caso será arrematado pelo maior preço que for offerecido, sem que, em hypothese alguma, seja permitida a acção de nullidade por lesão de qualquer especie, tudo na fórma do art. 19, cap. 5º do regulamento que baixou com o decreto n. 9885, de 29 de fevereiro de 1888. E quem no mesmo quizer lançar deverá comparecer á praça deste juizo, que ha de fazer no dia acima designado, ás portas da Relação. E para que chegue ao conhecimento e noticia de todos, o presente edital será publicado pela imprensa e affixado nos logares do costume pelo porteiro dos auditorios, que deverá lavar a competente certidão, para ser junta aos autos. Dado e passado na Capital Federal dos Estados Unidos do Brazil em 1 de outubro de 1890. E eu, Iclirerico Narbal Pamplona, o subscrevi. — José Joaquim Ferreira da Costa Braga.

De praça

O Dr. José Joaquim Ferreira da Costa Braga, juiz substituto dos Feitos da Fazenda Nacional da Capital Federal, etc.

Faz saber a quantos o presente edital, com o prazo de nove dias, virem que, no dia 10 de outubro de 1890, o porteiro dos auditorios trará a publico prégão de venda e arrematação e entregará a quem mais dêr e maior lanço offerer, na execução que a Fazenda Nacional move contra Manoel Eduardo da Costa Leal 1/12 do predio da rua do Cotovello n. 14. Tem na frente e nas lojas tres portas, no sobrado tras janellas e no sotão duas ditas na frente e uma ao lado, portadas de madeira, sendo as janellas de peitoril e as soleiras das portas da loja de pedra. Construcção de tijolo muito antiga, a frente está muito estragada e ameaçada ruinas, não tem quintal nem área. Avaliado o predio em 2:000\$, e 1/12 pertencente ao executado 163\$866.

E, não havendo arrematante pelo preço da avaliação, voltará o imóvel á praça com o intervallo de 8 dias e com o abatimento de 10%; si nesta ainda não encontrar lanço superior ou igual ao valor determinado pelo dito abatimento, irá á terceira praça com o mesmo intervallo e novo abatimento de 10% e neste caso será arrematado pelo maior preço que for offerecido, sem que, em hypothese alguma, seja permitida a acção de nullidade por lesão de qualquer especie, tudo na fórma do art. 19, cap. 5º do regulamento que baixou com o decreto n. 9885, de 29 de fevereiro de 1888. E quem no mesmo quizer lançar deverá comparecer á praça deste juizo, que ha de fazer no dia acima designado ás portas da Relação. E para que chegue ao conhecimento e noticia de todos, o presente edital será publicado pela imprensa e affixado nos logares do costume pelo porteiro dos auditorios, que deverá lavar a competente certidão para ser junta aos autos. Dado e passado na Capital Federal dos Estados Unidos do Brazil, em 1 de outubro de 1890. E eu, Iclirerico Narbal Pamplona, o subscrevi. — José Joaquim Ferreira da Costa Braga.

De praça

O Dr. José Joaquim Ferreira da Costa Braga, juiz substituto dos Feitos da Fazenda Nacional da Capital Federal, etc.

Faz saber a quantos o presente edital, com o prazo de nove dias virem que, no dia 10 de outubro de 1890, o porteiro dos auditorios trará a publico prégão de venda e arrematação e entregará a quem mais dêr e maior lanço offerer, na execução que a Fazenda Nacional move contra Manoel Moreira da Silva Villar, o predio da rua do Commandante Maurity n. 52. Mede de frente 8m,50 e de fundos 8m,15, faz canto com a rua Barão de Capanema, tem para esta tres portas e outras na frente, portadas de cantaria; é toda aberto em um salão onde tem uma de loja fazendas, assoalhada. Construcção de pedra e cal. Esta casa é nova e está bem conservada. Avaliada em 1:500\$.

E, não havendo arrematante pelo preço da avaliação, voltará o imóvel á praça com o intervallo de oito dias e com o abatimento de 10%; si nesta ainda não encontrar lanço superior ou igual ao valor determinado pelo dito abatimento, irá á terceira praça com o mesmo intervallo e novo abatimento de 10% e, neste caso, será arrematado pelo maior preço que for offerecido, sem que, em hypothese alguma, seja permitida a acção de nullidade por lesão de qualquer especie, tudo na fórma do art. 19, capitulo 5º do regulamento que baixou com o decreto n. 9885 de 29 de fevereiro de 1888. E quem no mesmo quizer lançar deverá comparecer á praça deste juizo, que ha de fazer no dia acima designado ás portas da Relação. E para que chegue ao conhecimento e noticia de todos, o presente edital será publicado pela imprensa e affixado nos logares do costume pelo porteiro dos

auditorios, que deverá lavar a competente certidão para ser junta aos autos. Dado e passado na Capital Federal dos Estados Unidos do Brazil em 1 de outubro de 1890. E eu, Iclirerico Narbal Pamplona, subscrevi. — José Joaquim Ferreira da Costa Braga.

O Dr. José Joaquim Ferreira da Costa Braga, juiz substituto dos Feitos da Fazenda Nacional da Capital Federal, etc.

Faz saber a quantos o presente edital, com o prazo de nove dias virem que, no dia 10 de outubro proximo futuro, o porteiro dos auditorios trará a publico prégão de venda e arrematação e entregará a quem mais dêr e maior lanço offerer, na execução que a Fazenda Nacional move contra D. Trudes Amelia Alcoforado, o terreno e predio da rua Sorocaba n. 8. Mede de frente 7m,50 e de fundos 15m,80, em forma de chalet, forrado, tem jardim na frente com grade de ferro, tres janellas de sacada e grade de ferro, e ao lado tem a escada de entrada e tres janellas do outro, tem 7 metros de construcção parte de pedra e cal e parte de tijolo, toda forrada e assoalhada, e é dividida em quatro salas e sete quartos, tem puchado para os fundos no qual tem cozinha e quartos para criados e banheiro, tem chaceira. Esta casa é bem edificada, além de muito commodos que tem, está bem situada; avaliada em 10:000\$000.

E não havendo arrematante pelo preço da avaliação voltará o imóvel á praça com o intervallo de 8 dias e com o abatimento de 10%; si nesta ainda não encontrar lanço superior ou igual ao valor determinado pelo dito abatimento, irá á terceira praça com o mesmo intervallo e novo abatimento de 10%, e neste caso será arrematado pelo maior preço que for offerecido sem que em hypothese alguma seja permitida a acção de nullidade por lesão de qualquer especie, tudo na fórma do art. 19, cap. 5º do regulamento, que baixou com o decreto n. 9885, de 29 de fevereiro de 1888. E quem no mesmo quizer lançar deverá comparecer á praça deste juizo que ha de fazer no dia acima designado ás portas da Relação. E para que chegue ao conhecimento e noticia de todos o presente edital será publicado pela imprensa e affixado nos logares do costume pelo porteiro dos auditorios, que deverá lavar a competente certidão para ser junta aos autos. Dado e passado na Capital Federal dos Estados Unidos do Brazil em 1 de outubro de 1890. E eu, Iclirerico Narbal Pamplona, subscrevi. — José Joaquim Ferreira da Costa Braga.

Inspectoria Geral de Hygiene

Em virtude do que dispõe o art. 68 do Regulamento que baixou com o decreto n. 9885 de 18 de janeiro de 1890, a Inspectoria Geral de Hygiene faz publico pelo prazo de 8 dias e o cidadão Balbino da Silva Ramos, por seu procurador Henrique José Coelho dirigiu a seguinte petição com documentos que satisfazem as exigencias do art. 67 do citado regulamento:

« Diz Balbino da Silva Ramos, por seu procurador abaixo assignado, que, sendo praticado de pharmacia ha longo tempo e tendo adquirido as precisas condições de idoneidade, deseja estabelecer-se na Villa de Santa Branca, município de Jacarehy, estado de S. Paulo, pelo que vem impetrar-vos a necessaria licença, juntando os precisos documentos, e acordo com as prescripções do regulamento sanitario. O supplicante E. It. D—Rio de Janeiro, 20 de agosto de 1890.—Por procurador Henrique José Coelho. » Sobre uma estampa pilla de \$200.

E declara que, si trinta dias depois do ultimo annuncio nenhum pharmaceutico formado lhe communicar ou a Inspectoria Geral de Hygiene do estado de S. Paulo, a resolução de estabelecer pharmacia na citada localidade concederá ao pratico a licença requerida.

Inspectoria Geral de Hygiene, 23 de setembro de 1890.—Dr. Pedro Affonso de Carvalho, secretario

n virtude do que dispõe o art. 68 do re- mento que baixou com o decreto n. 169, & de janeiro de 1890, a Inspectoria Geral Hygiene faz publico, pelo prazo de oito dias, que o cidadão Manoel Joaquim Xavier Ribeiro lhe dirigiu a seguinte petição, com omentos que satisfazem as exigencias do 67 do citado regulamento:

Manoel Joaquim Xavier Ribeiro, dro- ta estabelecido na cidade de Bezerros, do de Pernambuco, desde 1883, sob a a de Bruce & Comp., fundando-se nas osições dos arts. 52 e 53 do regulamento a execução do decreto n. 169 de 18 de ro do corrente anno, vos requer licen- ara abrir uma pharmanacia na mesma ci- a, visto occorrerem a favor da preten- do supplicante as razões de ordem pu- previstas no art. 67 do citado regula- to, a saber: falta de um estabeleci- to desse genero; necessidade delle, a da respectiva Intendencia Municipal, r. Pedro Jordão facultativos, do Dr. juiz reito e mais autoridades do logar, pratica obidade do supplicante, como tudo se evia pelos documentos juntos, provando mais to facultativo acharem-se satisfeltas as encias do indicado art. 53. Nestas con- es, espera o supplicante ser attendido espeitosamente vos pede deferimento. t. M.— Bezerros, 27 de agosto de 1890. noel Joaquim Xavier Ribeiro, professor lado.— Sobre duas estampilhas de du- s réis cada uma.

declara que, si 30 dias depois do ultimo an- cio nenhum pharmaceutico formado lhe unicar, ou á Inspectoria de Hygiene tado de Pernambuco, a resolução de eleger pharmanacia na citada localidade, ederá ao pratico a licença requerida.

Inspectoria Geral de Hygiene, 28 de agosto 890.— Dr. Pedro Affonso de Carvalho, tario.

i virtude do que dispõe o art. 68 do re- mento que baixou com o decreto n. 169 de janeiro de 1890, a Inspectoria Geral ygiene faz publico, pelo prazo de oito dias, o cidadão Eustaquio Puga de Allemão eira lhe dirigiu a seguinte petição com entos que satisfazem as exigencias do 67 do citado regulamento:

iz Eustaquio Puga de Allemão Bandeira, eilecido com pharmanacia na estação do iro, que não havendo nesta localidade nacia alguma dirigida por profissional mado, e sendo de interesse para essa idade a continuação do mesmo estabele- to que até a actualidade foi dirigido pharmaceutico Patricio Guedes, que re- se para o estado da Bahia, e sendo o rente perfeitamente habilitado, como nstram os documentos juntos ns. 1, 2, 3 pois que o mesmo tem dirigido pharma- á aqui nesta estação e na proxima esta- e Lavrinhas e achando-se o requerente condições dos arts. 65 e 67 do regula- o annexo ao decreto n. 169 de 18 de ro deste anno; vem, em virtude do ito, requerer que vos digneis conceder- ransferencia de sua licença da estação rvinhas, municipio de Pinheiros, para a ma estação do Cruzeiro, ambas no es- de S. Paulo, onde actualmente se acha. s circunstancias, tendo o requerente do os requisitos do regulamento vigente deferimento por ser de inteira justiça. R. J. Estação do Cruzeiro, 5 de setem- le 1890.— Eustaquio Puga de Allemão eira.— Estava collada uma estampilha 0 réis inutilizada.

leclara que, si 30 dias depois do ultimo ncio nenhum pharmaceutico formado lhe unicar ou á Inspectoria de Hygiene do o do S. Paulo, a resolução de estabelecer nacia na citada localidade, concederá tatico a licença requerida.

Inspectoria Geral de Hygiene, 30 de setem- e 1890.—Dr. Pedro Affonso de Carvalho, tario.

Imprensa Nacional

AVISOS DA INSPECTORIA DE HYGIENE

De ordem do Sr. administrador faço pu- blico que se acham nesta repartição, remet- tidos pela Inspectoria Geral de Hygiene, os avisos infra para serem publicados mediante prévio pagamento:

- Alfredo Starling.
Antonio Augusto Leitão.
Antonio Bueno do Prado Pinheiro.
Antonio da Costa Lopes Junior.
Edmundo Torres.
Ernesto Henrique Richter.
Euzebio Alves Sarmiento.
Francisco Augusto de Aguiar.
Francisco de Assis Rocha.
Francisco Cozzi.
Francisco Xavier de Seabra Andrade.
Hormann Schlobach & Costa.
Hilario José Pereira.
Jeronymo de Almeida Silveiras.
João Bonifacio de Medeiros Gomez.
Joaquim do Lavor Paes Barreto.
Joaquim Lopes Moreira.
Joaquim de Souza Guimarães.
José Annibal Cataldi.
José Felix de Almeida Cotta.
José Ignacio da Gloria.
José Maria Lopes Teixeira.
Leovegildo Maria de Oliveira.
Manoel Joaquim Barbosa de Andrade.
Manoel Pinto Netto.
Octavio de Carvalho Lobão.
Quintino Thomaz de Oliveira.
Tude Pinto Crespo (capitão).

Secção central, 17 de setembro de 1890.—A. J. Cardoso Pereira de Barros, ajudante do administrador.

COMMERCIO

Rio, 6 de outubro de 1890.

Cambio

O mercado abriu hoje frouxo: nas primeiras horas do dia, realizaram-se algumas operações sobre Londres a 22 d. bancario contra a caixa filial; mais tarde, porém, os bancos só queriam sacar a 21 3/4 d., e ás taxas equivalentes sobre as outras praças.

As tabelllas a que o mercado fechou no Banco Sul Americano, London Bank, Allemão, Nacional, do Commercio, Franco-Brazileiro, Industrial e Commercial, são as seguintes:

Table with exchange rates for London, Paris, Hamburg, Italy, Portugal, and New-York.

O movimento foi menos que regular, sobre Londres, a 22 d. bancario, contra a caixa filial, 21 7/8 a 21 3/4 dito contra banqueiro, sendo as ultimas operações effectuadas a 21 7/8 d. e 21 7/8 a 22 d. papel particular; e sobre França, a 433 rs. dito.

Repassa-se papel bancario a 21 13/16 e a 21 7/8 d.

Rendas fiscaes

ALFANDEGA

Table showing fiscal revenue for Alfandega for Oct 1-4 and Oct 6.

RECEBEDORIA

Table showing revenue for Recebedoria for Oct 1-4 and Oct 6.

RECEBEDORIA NO CAES DO PHAROUX

Table showing revenue for Recebedoria no Caes do Pharoux for Oct 1-6.

Mercadorias

Pela Estrada de Ferro Central

As mercadorias entradas no dia 5 do corrente foram:

Table of goods arrivals from Oct 1 to Oct 5, listing items like Aguardente, Algodão, Café, etc.

E no dia 5:

Table of goods arrivals for Oct 5, listing items like Aguardente, Algodão, Café, etc.

Movimento do porto

Sahidas

Baltimore—Lugar amer. White Wings, 654 tons., m. R. E. Darison, eq. 7, c. café. Itajahy—Esc. nac. Spcculant, 101 tons., m. Alber Stein, eq. 7, v. g. e l passageiro. Southampton e escalas—Paq.ing. Magdalena, comm. P. Roussell, 116 passgs. e mais 151 em transito.

Entradas

Liverpool e escalas—22 ds. (16 ds. da Madeira), gaq. ing. Buffon, comm. Glaspoole, 47 passageiros. Canavieiras e escalas—5 ds. (30 hs. de Itapemirim), paq. nac. Mayrink, comm. Manoel José da Silva Reis, 20 passageiros. Imbetiba—10 hs. vap. nac. Bezerra de Menezes, 500 tons., comm. André Antonio da Fonseca, eq. 24, v. g. á Companhia Estrada de Ferro Macahé & Campos. Cabo Frio—8 hs. vap. nac. Ceres, 176 tons., comm. Domingos Ribeiro Guimarães, eq. 17, v. g. a Santos & Braga, 21 passageiros. S. João da Barra—8 ds. hiate nac. Andorinha, 94 tons., m. Fernando Martins da Silva Coutinho, eq. 7, v. g. á Cunha Alves e Souza. Laguna—6 ds., pat. Gentil Lagunense, 117 tons., m. José Carlos de Oliveira, eq. 7, v. g. a Pinheiro Bastos & Comp., 6 passageiros. Imbetiba—12 hs., vap. nac. Estrella, 239 tons., m. Manoel José de Azevedo, eq. 29, v. g. á Companhia Macahé & Campos. Cardiff—49 ds., barca norueg. Lorenzo, m. M. Sakkestad, eq. 16, c. carvão á ordem.

SOCIEDADES ANONYMAS

Companhia Brazileira de Papéis Pintados

ESTATUTOS

DA COMPANHIA E SEUS FINS

Art. 1.º Fica constituída uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia Brazileira de Papéis Pintados, cujos fins são:

§ 1.º Fundar uma grande fabrica de estamparia de papeis para forração de casas.

§ 2.º Importar directamento do estrangeiro toda materia prima, que em igualdade de condições, se não possa obter no país.

§ 3.º Commercial em quaesquer artigos deste ramo de negocio e outros que convenham.

§ 4.º Estabelecer depositos para a venda por atacado ou a varejo, na Capital Federal, em quaesquer cidades dos Estados Unidos do Brazil, e em quaesquer das Republicas da America do Sul, onde convenha, tudo a juizo da directoria.

§ 5.º Conceder a qualquer de seus accionistas, um abatimento de 10 % nas compras que fizer a Companhia.

DA SÉDE E DURAÇÃO DA COMPANHIA

Art. 2.º A companhia terá sua séde na Capital Federal, que será tambem o fóro da companhia para todas as acções, que emanem de seus contractos. A duração da companhia será de 30 annos, contados do dia da sua installação.

DO CAPITAL E DAS ACÇÕES

Art. 3.º O capital será de 500:000\$, dividido em 10.000 acções de 50\$ cada uma, sendo realizado 10 % no acto da assignatura destes estatutos, e o restante em prestações de 10 % com o intervallo minimo de 30 dias de cada uma á outra.

§ 1.º Aos accionistas que não realizarem pontualmente as suas entradas, póle a directoria impôr a pena de commissio, reemitindo as acções vagas, e passando ao fundo de reserva as entradas feitas; com a faculdade de relevar essa pena, reconhecido caso de provada força maior, concedendo prazo até um mez, com a multa de 5 %, que tambem passará ao mesmo fundo de reserva.

§ 2.º As acções, depois de integralizadas, poderão ser convertidas em titulos ao portador.

DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

Art. 4.º A administração será exercida por uma directoria de dous membros, eleita de tres em tres annos, sendo o mais votado o presidente e o immediato o vice-presidente.

§ 1.º Os directores serão eleitos por maioria de votos em chapa dupla.

§ 2.º Compete ao presidente representar a companhia em todos os seus actos judiciaes, ou extra-judiciaes, e ao vice-presidente auxiliar-o e substitui-lo em seus impedimentos.

§ 3.º Os honorarios dos directors serão fixados pela assembléa geral de installação.

§ 4.º Cada director garantirá a responsabilidade que lhe cabe, pelo exercicio de suas funcções, com a caução de 200 acções da companhia, as quaes ficarão inalienaveis até á approvação de suas contas na proxima assembléa geral.

Art. 5.º Para a direcção technica da companhia haverá um gerente de nomeação da directoria, que lhe marcará os vencimentos.

§ 1.º Qualquer director poderá exercer esse cargo por deliberação da assembléa geral, á qual pertence, neste caso, fixar-lhe anualmente os vencimentos.

§ 2.º O gerente depositará em garantia de sua gerencia 100 acções que ficarão inalienaveis até á approvação de suas contas.

Art. 6.º Cada casa filial da companhia será administrada por um sub-gerente de nomeação da directoria, o qual terá como remuneração um ordenado e uma percentagem dos lucros da casa onde servir: esta remuneração ser-lhe-ha marcada pela directoria.

Paragrapho unico. Cada sub-gerente depositará em garantia de sua responsabilidade 50 acções da companhia que ficarão inalienaveis até á approvação de suas contas pela directoria.

Art. 7.º O conselho fiscal será composto de tres membros effectivos e tres supplentes, eleitos em assembléa geral por maioria de votos em chapa sextupla.

Art. 8.º Além das attribuições, que lhe marca a lei, dará parecer sobre tudo em que a directoria entender conveniente ouvi-lo.

Paragrapho unico. Por seus serviços não terá o conselho fiscal vencimentos fixos, mas apenas a percentagem de que trata o art. 13 § 3.º

DA ASSEMBLÉA GERAL

Art. 9.º A assembléa geral compõe-se de accionistas em numero legal, convocados, e cujas acções estejam inscriptas em seus nomes com a antecedencia minima de 60 dias.

Paragrapho unico. Os possuidores de acções ao portador, para poderem tomar parte nas assembléas geraes ordinarias, deverão depositar seus titulos na séde social, com a antecedencia de oito dias, e nos casos de assembléa geral extraordinaria, conforme for indicado nos respectivos annuncios.

Art. 10. A assembléa geral é installada e presidida pelo director-presidente, e na sua falta, pelo vice-presidente; em ultimo caso, pelo maior e mais antigo accionista presente.

Art. 11. Todas as deliberações da assembléa geral são tomadas por maioria de votos em escrutinio secreto, dando cada cinco acções direito a um voto.

Paragrapho unico. Nenhum accionista por si ou como representante de outros, poderá ter mais de 20 votos.

Art. 12. A assembléa geral ordinaria reunir-se-ha na segunda quinzena de fevereiro de cada anno, devendo a primeira ser celebrada em 1892.

§ 1.º Nesta primeira assembléa será apresentado o relatorio desde a installação da companhia até 31 de dezembro de 1891.

§ 2.º Nos 10 dias, que antecederem ao da reunião da assembléa geral ordinaria ou extraordinaria, ficarão suspensas as transferencias de acções.

DOS LUCROS SOCIAES

Art. 13. Os lucros sociaes verificados no balanço semestral serão applicados da seguinte fórma:

1.ª Até 5 % dos lucros liquidos, para fundo de reserva até este attingir a 100:000\$000.

2.ª A importancia precisa para distribuir como dividendo ordinario aos accionistas até 12 % do capital realizado.

3.ª Do que restar distribuir-se-hão:

A' directoria.....	30 %
Ao gerente.....	10 %
Ao conselho fiscal effectivo.....	15 %
Ao guarda-livros.....	5 %
Para dividendo supplementar aos accionistas.....	40 %

DISPOSIÇÕES GERAL

Art. 14. O anno social começa em 1 de janeiro e termina em 31 de dezembro de cada anno.

Paragrapho unico. O primeiro anno social terminará em 31 de dezembro de 1891.

Art. 15. A actual directoria, como fundadora da companhia, fica investida de todos os poderes para a aquisição do local e terreno precisos para o edificio da fabrica e suas dependencias, e bem assim para a obtenção de todos os machinismos necessarios para a mesma funcionar.

§ 1.º As obras serão por administração ou empreitada, a seu alvitro, e de harmonia com o conselho fiscal.

§ 2.º Poderá, tambem, comprar ou arrendar, como melhor convenha, os predios precisos para os seus depositos.

Art. 16. Todos os casos não especificados nestes estatutos são regidos pelo decreto n. 164 de 17 de janeiro de 1890.

Art. 17. A directoria fica autorisada a levantar um ou mais emprestimos, por meio de *debentures*, conforme o que for exigido pelo desenvolvimento das operações da companhia, e para isso fica investida de todos os poderes para o acto, inclusive os de transigir, dar bens á hypotheca, assignar as respectivas escripturas, e tudo que se refira a esta operação.

DISPOSIÇÕES TRANSITORIAS

Art. 18. A primeira directoria desta companhia, cujo mandato terminará em 31 de dezembro de 1893, será composta dos Srs.: Ignacio Raymundo da Fonseca, presidente e gerente, Clemente Marques Maia do Amaral, vice-presidente, e o conselho fiscal para o primeiro anno social, dos Srs.: Eugenio Pinto Vieira, José Joaquim Lopes e Manoel Rodrigues Carneiro Junior.

Supplentes: os Srs.: Francisco de Souza Barroso, Herculano José Baptista Bastos e Manoel Joaquim Soares de Araujo.

Ignacio Raymundo da Fonseca, rua dos Ourives n. 38.

Clemente Marques Maia do Amaral, rua dos Ourives n. 38.

ACTA DA ASSEMBLÉA GERAL DE INSTALLAÇÃO DA COMPANHIA BRAZILEIRA DE PAPEIS PINTADOS

No dia 3 de outubro de 1890, no salão do Banco da Lavoura e do Commercio do Brazil, achando-se presentes accionistas representando mais de dous terços de acções, abriu a sessão o Sr. commandador João Alvares de Azevedo Macedo Sobrinho, que convidou para presidir a ella o Exm. Sr. senador Gil Diniz Goulart, convidando este senhor para secretarios os Srs. J. J. G. da Cunha Lobato e Manoel Rodrigues Carneiro Junior.

Foi pelo Sr. presidente exposto o motivo da reunião, e em seguida, o Sr. 1.º secretario, procede á leitura dos estatutos assignados por todos os accionistas, é de novo unanimemente approvados, o mesmo senhor lê em seguida o certificado do Banco da Lavoura e do Commercio do Brazil, em seguida transcripto:

« Na qualidade de thesoureiro do Banco da Lavoura e do Commercio do Brazil, certifico que se acham depositados nesta thesouraria cincoenta contos de réis (50:000\$) da primeira prestação de 19 % do capital de 10.000 acções da Companhia Brasileira de Papeis Pintados, pagas neste banco.

Rio de Janeiro, 3 de outubro de 1890. — Pelo Banco da Lavoura e do Commercio do Brazil. — A. Lisboa, thesoureiro. »

O Sr. presidente expõe que, convido á companhia adquerir os estabelecimentos do Sr. Ignacio Raymundo da Fonseca, é preciso nomear louvados para a respectiva avaliação e indica por sua reconhecida competencia os Srs Francisco José Nunes, Bartholomeu Alves Meira e Manoel Rodrigues Carneiro Junior, e, sendo approvada esta indicação, suspeude os trabalhos emquanto os nomeados procedem ao exame dos documentos fundamentaes do seu laudo, que em seguida apresentam e é do teor seguinte: Os abaixo assignados, nomeados para avaliarem os bens, com que entra para a Companhia Brasileira de Papeis Pintados o Sr. Ignacio Raymundo da Fonseca, tendo procedido ao exame do inventario feito pelo referido Sr. Ignacio Raymundo da Fonseca nos seus estabelecimentos da rua dos Ourives n. 38 e Carioca n. 15, exame para o qual convidaram como perito adjunto o Sr. Fernando Garcia, avaliam esses bens em 44:231\$180, assim determinando: Material de fabrico 8:471\$960, papeis 29:963\$290, posse, armação, etc., conforme a escripturação 5:365\$930, saldo de uma apolice de seguro maritimo 430\$, somma 44:231\$180.

Capital Federal, 3 de outubro de 1890 — Francisco José Nunes. — Bartholomeu Alves Meira. — Manoel Rodrigues Carneiro Junior.

Posto em discussão é approvado sem debate. Em seguida é presente á mesa pelo accionista Sr. José Joaquim Peres da Silva a proposta abaixo transcripta que é posta em discussão e em seguida approvada:

a) A assembléa geral constitutiva da Companhia Brasileira de Papeis Pintados, fixa em 600\$ mensaes o honorario de cada director.

b) O director Sr. Ignacio Raymundo da Fonseca accumulará o cargo de gerente, compativel pelos estatutos com o de director presidente, percebendo pelo exercicio da gerencia 300\$ mensaes.

Sala das sessões, 3 de outubro de 1890. — J. Peres.

O accionista Sr. Raul Gomes de Carvalho apresenta á mesa uma proposta de indemnização pelas despezas de incorporação, posta em discussão foi unanimemente approvada, segue-se: Proponho ficar a directoria autorizada a pagar aos incorporadores a quantia equivalente a dous por cento (2 %) do capital como indemnização de todas as despezas feitas com a incorporação da companhia.

Rio, 3 de outubro de 1890. — Raul Gomes de Carvalho.

Pelo Sr. Manoel Rodrigues Carneiro Junior é apresentada a proposta abaixo transcripta, que posta em discussão é em seguida approvada:

Proponho que a assembléa geral autorize qualquer dos directores a ausentar-se para fóra do paiz, por tempo determinado, de accordo com o conselho fiscal, sempre que isso convier aos interesses da companhia, sem alteração nos seus honorarios ou vencimentos.

No impedimento de ambos os directores, fica o conselho fiscal autorizado a providenciar.

Sala das sessões da assembléa geral de installação da Companhia Brasileira de Papeis Pintados, 3 de outubro de 1890.—Manoel Rodrigues Carneiro Junior.

Feito pelo Sr. presidente o resumo dos trabalhos da sessão, foi deliberado, que a acta approvada pela assembléa geral, fosse assignada pelos membros da mesa tão somente.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. presidente agradece a assembléa a distincção que lhe fez escolhendo-o para dirigir os trabalhos e suspende a sessão, depois de lavrada a presente acta e eu 1º secretario a mandei lavrar e assigno.—J. J. G. Cunha Lobato.—Dr. Gil Diniz Goulart.—Manoel Rodrigues Carneiro Junior.

N. 1.033—Certifico que foram archivados hoje nesta repartição, sob n. 1.033, em virtude do despacho da Junta Commercial, os estatutos da Companhia Brasileira de Papeis Pintados, com os demais documentos exigidos por lei.

Secretaria da Junta Commercial da Capital Federal, 6 de outubro de 1890.—O secretario, Cesar de Oliveira.

Companhia Lanigera

ACTA DA 1ª SESSÃO DE ASSEMBLÉA GERAL DE INSTALLAÇÃO CELEBRADA EM 20 DE SETEMBRO DE 1890.

Aos 20 dias do mez de setembro de 1890, á 1 hora da tarde, achando-se reunidos no edificio do Banco Mutuo na rua da Quitanda n. 50, accionistas da Companhia Lanigera, representando 2.120 acções, estando assim legalmente constituída a assembléa geral da mesma companhia, o Sr. Dr. Cornelio Vaz de Mello, presidente da directoria, declara aberta a sessão e propõe que, na fórma da lei, seja convidado a presidir a reunião um Sr. accionista e indica o Sr. Dr. Adolpho Bezerra de Menezes, o que foi unanimemente accedido.

O Sr. Dr. Bezerra de Menezes, assumindo a presidencia, convida para secretarios João Drummond Junior e José Augusto Pereira de Carvalho.

De conformidade com o art. 3º, § 2º, da lei n. 164 de 17 de Janeiro de 1890 são apresentados á assembléa geral um exemplar dos estatutos designado pelos Srs. accionistas e a certidão de deposito da quantia de 60.000\$ (sessenta contos de réis) no Banco Mutuo, correspondente a 10 % do capital da companhia.

Sendo lidos os estatutos e a certidão de deposito, não havendo contestação, o Sr. Dr. presidente declara definitivamente constituída a Companhia Lanigera.

Por proposta dos accionistas João Drummond Junior e Bello & Soares foram marcados os seguintes ordenados: ao gerente director 600\$, aos demais directores 400\$, aos membros do conselho fiscal 150\$, tudo mensalmente.

Por unanimidade de votos e força dos estatutos foi accitada a seguinte directoria:

Presidente, o Sr. Dr. Cornelio Vaz de Mello.

Secretario, Augusto Paranhos da Silva Velloso.

Thesoureiro, Francisco Antunes Nazareth. Gerente, Eugenio Meinicke.

Conselho fiscal

Antonio Leite Pereira Bastos.
Joaquim Ferreira de Moura.
Arthur Pereira Soares.

Supplentes

Eugenio Fontainha.

José Augusto Pereira de Carvalho.

Joaquim José Valentim de Almeida.

Preenchido o fim da reunião, o Sr. Dr. presidente, felicitando a administração da companhia na pessoa do Sr. Dr. Cornelio Vaz de Mello pelo desenvolvimento de uma industria de grande futuro para o paiz, deu por encerrada a presente sessão.

O secretario propõe e foi unanimemente approvado um voto de louvor e agradecimento ao Sr. Dr. presidente desta assembléa.

Esta acta lida foi unanimemente approvada e vai assignada pela mesa e socios presentes.

Rio de Janeiro, 20 de setembro de 1890.

Dr. Adolpho Bezerra de Menezes, presidente.

João Drummond Junior, 1º secretario.

José Augusto Pereira de Carvalho, 2º secretario.

Dr. Cornelio Vaz de Mello.

Eugenio Meinicke.

Augusto Paranhos da Silva Velloso.

Joaquim Ferreira de Moura.

Francisco Antunes de Nazareth.

Joaquim José Valentim de Almeida.

Francisco Lopes Ferraz Sobrinho.

Arthur Pereira Soares.

Eugenio Fontainha.

A. P. de Carvalho.

Por procuração de Luiz Paranhos da Silva Velloso, Francisco Antunes de Nazareth.

Por minha filha Ernestina Nazareth, Francisco Antunes de Nazareth.

Bello & Soares.

Abel Guimarães.

Pelo Banco Mutuo, Abel Guimarães.

Orozimbo Muniz Barreto.

Por procuração de Frederico Darrigue Faro, Joaquim Fausto de Souza Guimarães.

José Maria Teixeira de Azevedo.

Ernesto Augusto da Cunha Mitos.

José Moutinho dos Reis.

José Joaquim de Assumpção.

ESTATUTOS

TITULO I

Constituição, sede e duração da companhia

Art. 1.º Fica constituída nesta praça uma sociedade anonyma denominada Companhia Lanigera, que se regerá por estes estatutos e pela legislação em vigor.

Art. 2.º A companhia terá sua sede legal nesta Capital Federal, que também será o seu fóro juridico.

Art. 3.º A duração da companhia será de 30 annos contados da data de sua installação, podendo ser prorogado este prazo si assim o entender a assembléa geral, convocada especialmente para tal fim e legalmente constituída.

TITULO II

Fins da companhia

Art. 4.º A companhia tem por objecto a importação de carneiros do Rio da Prata ou de qualquer outro logar que maior vantagem offerecer, e sua criação; bem como o fabrico de tecidos de lã, para cujo fim fará aquisição por compra ou arrendamento de terrenos apropriados para montagem de fabricas onde lhe convier e machinismos adaptados á semelhante industria.

Art. 5.º Depois de desenvolvida a fabricação de tecelagem de lã, poderá a companhia manter igualmente machinismos relativos ao fabrico de seda, ou de qualquer outro tecido.

Art. 6.º Os terrenos adquiridos pela companhia serão cultivados da fórma que for mais conveniente aos seus interesses.

TITULO III

Fundo social

Art. 7.º O capital da companhia é de 600.000\$ (seiscentos contos de réis), dividido em 3.000 acções de 200\$000.

Art. 8.º A directoria fica autorizada a emittir debentures até valor igual ao capital social.

TITULO IV

Das accionistas e das acções

Art. 9.º As entradas serão realizadas da seguinte fórma:

Dez por cento no acto da subscripção;
Vinte por cento 30 dias depois de installada a companhia;

Vinte por cento 30 dias depois da segunda entrada;

As restantes, a juizo da directoria, conforme as necessidades da companhia, e com intervallos nunca menores de 30 dias entre cada uma.

Art. 10. O socio que não realizar a entrada de suas acções nas épocas prescriptas no artigo antecedente pagará uma multa de 2 % mensaes sobre a quantia devida.

Decorridos 60 dias, si não tiver effectuado o pagamento, serão as acções consideradas em commisso.

Art. 11. As acções cahidas em commisso serão reemittidas e o seu valor levado a fundo de reserva.

Art. 12. Tanto as cautelas de acções, como os titulos definitivos, serão nominativos.

As transferencias effectuar-se-hão em livro especial, rubricado pela administração e encerrar-se-hão 15 dias antes do dia marcado para as reuniões das assembléas geraes ordinarias.

Art. 13. As acções serão indivisiveis e a companhia não reconhece mais do que um proprietario para cada uma.

Art. 14. A responsabilidade dos accionistas é limitada somente até o valor das acções subscriptas.

Art. 15. A inscripção, como accionista, importa para este a adhesão completa aos presentes estatutos.

TITULO V

Das assembléas geraes

Art. 16. As assembléas geraes são ordinarias ou extraordinarias.

As ordinarias effectuar-se-hão duas vezes por anno, em junho e dezembro, para satisfação das formalidades da lei.

As extraordinarias, quando forem requeridas pelo terço de accionistas representando, pelo menos, uma quarta parte do capital social, ou quando a directoria o julgar conveniente.

Art. 17. Somente em uma assembléa a que assistam accionistas representando tres quartas partes do capital subscripto, poderá tomar-se por duas terças partes de votos alguma resolução sobre os seguintes assumptos:.

a) Augmento de capital;
b) Reforma, modificações ou addições aos presentes estatutos;
c) Liquidação da companhia antes do prazo fixado no art. 3º para a sua duração.

Art. 18. As assembléas geraes não poderão occupar-se de assumptos estranhos ao da convocação.

Art. 19. Todos os accionistas poderão concorrer ás reuniões das assembléas, mas só poderão votar os possuidores de acções registradas 15 dias antes da reunião.

Art. 20. Cada accionista poderá fazer-se representar por outro accionista, mas as firmas sociaes só serão representadas por uma só pessoa.

Art. 21. Cada 10 acções darão direito a um voto, e nenhum accionista poderá ter mais de 30 votos por si e por procuração.

Art. 22. As assembléas geraes ordinariae serão presididas pelo director-presidente, e as extraordinarias por um accionista que for aclamado na occasião pela assembléa.

Em um e outro caso o presidente convidará dous accionistas para os cargos de secretarios.

Art. 23. As assembléas geraes serão convocadas com aviso previo de 15 dias, publicados em tres jornaes de maior circulação e no *Diario Official*, determinando o fim da convocação.

TITULO VI

Da directoria

Art. 24. A companhia será administrada por quatro directores eleitos em assembléa geral ordinaria por maioria absoluta de votos, os quaes servirão tres annos e poderão ser reeleitos, excepto a primeira directoria e conselho fiscal que fica eleito por cinco annos e determinado nestes estatutos.

Art. 25. No caso de empate na votação dos directores, proceder-se-ha a segundo escrutinio entre os mais votados em numero duplo, bastando a maioria relativa de votos neste caso, mas acontecendo ainda haver empate, decidirá a sorte.

Art. 26. Os membros da directoria depositarão, cada um, 50 acções, na caixa da companhia, as quaes só poderão ser retiradas depois de findo o seu mandato.

Art. 27. A directoria formulará em uma de suas primeiras sessões o regimento interno, pelo qual se devem reger a companhia e as fabricas.

Art. 28. Não poderão servir conjunctamente nos cargos da directoria, accionistas que forem pae e filho, sogro e genro, irmãos e cunhados durante o tempo do cunhadio, e parentes por consanguinidade até segundo grão; bem como socios de firmas commerciaes, ou aquelles que estiverem impedidos de negociar, de accordo com as disposições do Código Commercial.

Art. 29. A directoria determinará em sessão o dividendo que deve ser distribuido aos accionistas e a quantia que deve ser levada a fundo de reserva, bem como autorizará o pagamento dos juros dos *debentures*, ouvindo o conselho fiscal.

Art. 30. Quando qualquer dos membros da directoria deixar de comparecer ás sessões por mais de 60 dias sem prévio aviso ou molestia, será considerado como tendo abandonado o cargo, e então os demais membros da directoria convidarão para o substituir um dos membros do conselho fiscal pela ordem em que estiverem collocados, o qual occupará o cargo até finalizar o tempo que faltava a quem substituir.

Em todos os impedimentos temporarios os directores serão substituidos pelos membros do conselho fiscal na mesma ordem acima.

Art. 31. A directoria autorizará o presidente a convocar a assembléa geral ordinaria nas epochas determinadas destes estatutos.

Art. 32. Os directores serão responsaveis pelos seus actos de mandatarios nos termos da legislação vigente.

Art. 33. A directoria se reunirá semanalmente em sessão ordinaria, e, extraordinariamente, quando o presidente convocar, e de todas as sessões se lavrará acta que será assignada pelos directores.

Art. 34. O mandato da directoria é pleno dentro do limite dos estatutos e da lei, e nelle se inclue o direito de transigir e autorizar a resolver amigavelmente as questões entre a companhia, seus devedores e terceiros, demandar e ser demandada.

TITULO VII

Do presidente

Art. 35. Cumpra ao presidente:

1.º Executar e fazer executar strictamente os preceitos e disposições destes estatutos;

2.º Reunir semanalmente em sessão os demais membros da directoria e conjunctamente com elles deliberar sobre as necessidades da companhia, e demais assumptos que lhe dizem respeito;

3.º Assignar com o secretario as acções e *debentures* que forem emitidas, e com o thesoureiro e gerente os contractos, endosses, transferencias, obrigações, cheques e mais documentos relativos ao movimento da thesauraria e das fabricas e que não forem de mero expediente;

4.º Mandar convocar pelo secretario as assembléas geraes ordinarias duas vezes no anno de accordo com o art. 16 e apresentar nas mesmas o relatório e balanço relativo ao semestre, com o parecer do conselho fiscal, fornecendo á assembléa geral e ao conselho

fiscal todos os esclarecimentos que forem exigidos e documentos requisitados que constarem do archivo;

5.º Mandar annunciar pelo director thesoureiro os dividendos nos tempos determinados, que tiverem sido fixados pela directoria e assignar os balancetes que tiverem de ser publicados;

6.º Representar a sociedade commercialmente e perante os tribunaes do paiz, podendo para esse fim nomear procuradores especiaes;

7.º Prestar e mandar prestar todas as informações que forem solicitadas pelo conselho fiscal, e firmar com o secretario a correspondencia official;

8.º Fazer executar as resoluções da directoria e presidir as suas sessões.

TITULO VIII

Do secretario

Art. 36. São attribuições do secretario:

1.º Formular as actas das reuniões da directoria e das assembléas geraes ordinarias no livro das actas da companhia, determinando todas as resoluções adoptadas e indicando os membros da directoria que assistirem ás sessões, e bem assim assignar todo o expediente relativo aos actos da directoria;

2.º Formular o relatório e o balanço para serem apresentados ás reuniões das assembléas geraes ordinarias pelo presidente, demonstrando todo o movimento da companhia e entregando-os em sessão da directoria com a antecedencia necessaria;

3.º Assignar com o presidente as acções e *debentures* que forem emitidos e annunciar a convocação da assembléa geral ordinaria quando ordenada pelo presidente;

4.º Fazer a correspondencia official e fiscalizar a boa marcha da escripturação, bem como admitir o pessoal do escriptorio, demittir e multar, de accordo com a directoria;

5.º Desempenhar todos os trabalhos inherentes a seu cargo, e substituir qualquer dos membros da directoria nos seus impedimentos.

TITULO IX

Do thesoureiro

Art. 37. Incumbe ao thesoureiro:

1.º Assignar com o presidente os cheques e mais documentos relativos á thesauraria e effectuar o pagamento de todas as contas que lhe forem apresentadas, visadas pelo director gerente, bem como todos os pagamentos autorizados pela directoria com o visto do presidente;

2.º Trazer sempre com a maior clareza o livro caixa e ter em ordem os documentos e contas que forem pagos até a reunião da assembléa geral ordinaria, que tiver de approvar os actos da gestão da directoria;

3.º Annunciar o pagamento dos dividendos e dos juros das *debentures* por ordem do presidente e apresentar sempre nas sessões da directoria mensalmente o balancete do livro caixa para governo da mesma;

4.º Desempenhar todos os deveres inherentes ao seu cargo, e substituir os demais membros da directoria em seus impedimentos.

TITULO X

Do gerente

Art. 38. E' da attribuição do gerente:

1.º Formular o regulamento interno das fabricas e submettel-o á approvação da directoria, apresentar mensalmente o mappa do pessoal e do movimento havido, bem como o balanço das quantias solicitadas ao thesoureiro;

2.º Determinar o valor dos tecidos fabricados e dirigir em todos os sentidos e para todos os effectos por pessoal de sua confiança o movimento das fabricas, a compra e venda da producção lanigera bem como a montagem das fabricas e o cultivo das terras que forem adquiridas pela companhia;

3.º Executar e fazer executar todas as resoluções da directoria e assistir ás sessões que se realizarem nesta capital;

4.º Admittir, demittir e multar o pessoal das fabricas e formular mensalmente um relatório conciso do movimento das mesmas e da producção lanigera, emittindo sua opinião, afim de ser apresentado nas reuniões da assembléa geral ordinaria;

5.º Substituir os demais membros da directoria em seus impedimentos.

TITULO XI

Do conselho fiscal

Art. 39. O conselho fiscal será composto de tres membros effectivos e tres supplentes, eleitos nas mesmas condições da directoria e pelo mesmo espaço de tempo, excepto o primeiro conselho fiscal, que fica eleito por cinco annos e vai determinado nestes estatutos. O mandato dos fiscaes poderá ser renovado por eleição.

Art. 40. Os membros do conselho fiscal serão substituidos pelos supplentes em todos os seus impedimentos, e no caso de vaga ou renuncia na primeira assembléa geral ordinaria se elegerá o supplente que tiver passado a occupar o cargo de effectivo.

Art. 41. Incumbe ao conselho fiscal examinar os balancos, contas e relatório da directoria, bem como os livros e documentos da companhia, verificar o estado da caixa e dar o seu parecer á directoria, 30 dias pelo menos antes do dia marcado para a assembléa geral ordinaria, afim de ser appenso ao relatório da directoria, que tiver de ser apresentado na mesma assembléa.

Art. 42. Tem mais o direito de consultar a directoria sempre que o julgar necessario, e o de reclamar a convocação da assembléa geral dos accionistas quando houver motivo grave e urgente, podendo fazer directamente a convocação si a directoria a isso se recusar.

TITULO XII

Do fundo de reserva e dos dividendos

Art. 43. O fundo de reserva se destina especialmente a reparar as perdas que se possam verificar durante a vida da companhia, de modo a prejudicar-lhe o capital, e será constituido com 50 % dos lucros liquidos verificados semestralmente depois de retirado o dividendo.

Art. 44. Dos lucros liquidos verificados semestralmente se marcará o dividendo, que não poderá exceder de 12 % annualmente; do restante tirar-se-ha 50 % para fundo de reserva e o excedente será dividido em partes iguaes pela directoria e incorporadores.

Art. 45. Nenhum dividendo será distribuido quando porventura se tenha verificado perda ou desfalco social, e este não tiver sido integralmente restaurado, assim como só poderá ser distribuido o dividendo de 12 % quando se possa levar a fundo de reserva uma terça parte do dividendo a distribuir.

TITULO XIII

Da liquidação da companhia

Art. 46. A companhia póde ser dissolvida antes da época fixada para a sua duração:

1.º Por consenso de todos os accionistas, impresso em instrumento publico ou particular;

2.º Por deliberação da assembléa geral;

3.º Por impossibilidade de continuar a preencher os fins a que é destinada;

4.º Por prejuizos verificados que absorvam mais de metade do capital social.

A liquidação da companhia no caso de dissolução, será feita conforme determinar a assembléa geral e de accordo com as disposições da lei.

TITULO XIV

Disposições geraes

Art. 47. Fica autorizada a directoria a indemnizar os incorporadores de todas as despesas que tiverem feito, e bem assim accordar e pagar aos mesmos os seus direitos de incorporadores estabelecendo o *quantum*, que lhes será entregue em acções integralizadas, letras ou moeda corrente.

Art. 48. O anno social termina em 31 de dezembro.

Art. 49. Nos casos em que estes estatutos forem omissos, regular-se-ha a companhia

pelas leis que regem as sociedades anonyms e as praxes estabelecidas que não offenderem principio legal.

Art. 50. Os accionistas reconhecem e acceitam a responsabilidade que lhes é attribuida pela lei, acceitam e approvam estes estatutos e nomeiam para os cargos de directores da companhia e membros do conselho fiscal durante os primeiros cinco annos, os seguintes senhores:

Dr. Cornelio Vaz de Mello, director presidente.

Eugenio Meinicke, director-gerente.
Francisco Antunes Nazareth, director thesoureiro.

Augusto Paranhos da Silva Velloso, director-secretario.

Conselho fiscal

Antonio Leite Pereira Bastos.
Joaquim Ferreira de Moura.
Arthur Pereira Soares.

Supplentes

Eugenio Fontainha.
José Augusto Pereira de Carvalho.
Joaquim José Valentim de Almeida.

N. 1.032 — Certifico que foram archivados hoje nesta repartição, sob o n. 1.032, em virtude de despacho da Junta Commercial, os estatutos da Companhia Lanigera, com os demais documentos exigidos por lei.

Secretaria da Junta Commercial da Capital Federal, 6 de outubro de 1890—O secretario, Cesar de Oliveira.

Continha duas estampilhas, sendo uma de 5\$ e outra de \$200 competentemente inutilizadas.

Companhia Progresso Industrial de Cabo Frio

ACTA DA ASSEMBLEA GERAL DE INSTALLAÇÃO

Aos 13 dias do mez de agosto de 1890, reunidos no salão do Banco da Lavoura e Commercio do Brazil à rua Primeiro de Março n. 63, desta Capital Federal, os abaixo assignados accionistas da Companhia Progresso Industrial de Cabo Frio, representando numero superior a dous terços do capital da mesma companhia, conforme demonstra o livro de presença, como accionista e encarregado pelos incorporadores, havia convidado os Srs. accionistas para a assemblea geral de installação por ter sido subscripto todo o capital, o Sr. João Alves de Macedo Sobrinho, dando esta explicação, convida para presidir os trabalhos da mesma assemblea, ao Sr. commendador Alfredo Prisco Barbosa, que foi unanimemente acceito.

Assumindo este senhor a presidencia, convida para secretario ao Srs. Luiz Edmundo Cazes e José Cardoso Pereira, que tomam seus respectivos logares.

Assim constituida a mesa, mandou o Sr. presidente proceder à leitura do certificado do Banco da Lavoura e Commercio do Brazil que prova ter sido recolhida à thesouraria daquelle banco a quantia de 60:000\$, 10% do capital da companhia, e em seguida à leitura dos estatutos, que sendo postos em discussão e não havendo quem pedisse a palavra, foram sujeitos a votação, sendo unanimemente approvados.

Diz o Sr. presidente que havendo sido approvados os estatutos da companhia e constando destes a primeira directoria que deve reger os destinos da mesma, em virtude de tal approvação declara installada a Companhia Progresso Industrial de Cabo Frio e composta a primeira directoria dos senhores cujo nome constam dos estatutos.

Pelos Srs. accionistas Drs. Candido Alves Mourão do Valle e João Drumond Junior foi mandada á mesa uma proposta para que fossem dados aos Srs. Dr. Pedro Luiz Soares de Souza, Joaquim José Valentim de Almeida, Felicissimo Vieira de Almeida, Antonio Pereira de Carvalho, José Cardoso Pereira e Francisco Lopes Ferraz Sobrinho, ou a seus herdeiros pelo tempo da duração da companhia, quarenta por cento dos lucros liquidos

depois de feitas todas as deducções de que tratam os estatutos, isto é, depois de tirados os capitaes para fundo de reserva para o dividendo de 12% aos accionistas, 10% à directoria o que sujeito a discussão e votação foi unanimemente approvada.

E nada mais havendo a tratar-se o Sr. presidente declarou encerrada a sessão, depois de ser lida e unanimemente approvada esta acta, lavrada por mim, secretario, José Cardoso Pereira e que por todos vae assignada.

Alfredo Prisco Barbosa, presidente.
Luiz Edmundo Cazes, 1º secretario.
José Cardoso Pereira, 2º secretario.
Felicissimo Vieira de Almeida.
Alipio Bithencourt Calazans.
Barão de Oliveira Castro.
Theodoro Carlos de Faria Sodré.
Antonio Pereira Ferraz.
Zozimo da Silva Werneck.
Visconde de Assis Martins.
Rodolpho Abreu.
F. J. Corrêa Quintella.
Cornelio de Souza Lima.
Eduardo Anthero Corrêa.
Antonio Luiz de Souza Mello.
Mourão & Halfeld.
Dr. Francisco Pinto Ribeiro.

Relação nominativa dos accionistas da Companhia Progresso Industrial de Cabo Frio, numero de acções e respectivas entradas.

Dr. José Maria Senra..	250	10 %	5:000\$
Jorge da Costa Franco.	250	»	5:000\$
Alfredo Prisco Barbosa.	250	»	5:000\$
M. Rosewald.....	250	»	5:000\$
Barão de Mesquita....	250	»	5:000\$
Joaquim José Valentim de Almeida.....	100	»	2:000\$
Eugenio Fontainha....	150	»	3:000\$
Dr. Luiz Edmundo Cases Felicissimo Vieira de Almeida.....	58	»	1:160\$
Augusto Barbosa da Silva.....	50	»	1:000\$
Dr. Honorio A. de Souza Brandão.....	5	»	100\$
João Cancio Pereira Soares Filho.....	5	»	100\$
Henrique Cancio Pereira Soares.....	5	»	100\$
Dr. Remigio S. Faria Oliveira.....	10	»	200\$
Joaquim José Fernandes	5	»	100\$
Dr. Martinho Garcez...	20	»	400\$
Miguel Delvechio.....	10	»	200\$
Trajan Antonio de Moraes.....	100	»	2:000\$
Cornelio de Souza Lima	100	»	2:000\$
Eduardo Antonio Corrêa	10	»	200\$
José Joaquim de Oliveira Pinto.....	20	»	400\$
Francisco José Corrêa Quintella.....	5	»	100\$
Antonio Luiz de Souza Mello.....	10	»	200\$
Dr. Pedro Luiz Soares de Souza.....	100	»	2:000\$
João Lindberg.....	10	»	200\$
Francisco Lopes Ferraz Sobrinho.....	50	»	1:000\$
Antonio Pereira Ferraz	25	»	500\$
Francisco Gonçalves Guimarães.....	20	»	400\$
Luiz Faro de Oliveira.	20	10 %	400\$
Dr. Theodoro Souto.	25	»	500\$
Barão de Oliveira Castro.....	25	»	500\$
Rodolpho de Abreu.....	25	»	500\$
Domingos Silverio Bithencourt.....	25	»	500\$
Dr. Rocha Paranhos..	25	»	500\$
F. P. Mayrink.....	50	»	1:000\$
Mourão & Halfeld....	55	»	1:100\$
Theophilo de Almeida	25	»	500\$
Costa Ribeiro Cunha & Comp.....	25	»	500\$
Dr. José Pinto Ribeiro	20	»	400\$
Manoel Pereira Rezende.....	10	»	200\$
Antonio Pereira de Carvalho.....	50	»	1:000\$

João Drumond Junior..	25	»	500\$
João Alves de Azevedo Macedo.....	100	»	2:000\$
Visconde de Assis Martins.....	10	»	200\$
Capitão Lindolpho Martins Ferreira.....	15	»	300\$
Conselheiro João da Matto Machado.....	25	»	500\$
Alipio Bithencourt Calazans.....	50	»	1:000\$
José Cardoso Pereira..	50	»	1:000\$
Zozimo S. Werneck...	5	»	100\$
Dr. Oscar Varady....	20	»	400\$
Joaquim Ferreira Maia de Almeida.....	2	»	40\$
José Lopes Angelo....	50	»	1:000\$
Dr. Amaro Carneiro Bezerra Cavalcante.	100	»	2:000\$
	3.000	»	60:000\$

Companhia Nacional de Tecidos de Meia

ACTA DA ASSEMBLEA GERAL EXTRAORDINARIA EM 23 DE SETEMBRO DE 1890.

Presidencia do Sr. Visconde da Leopoldina, 1º secretario Dr. Heraclito de Alencastro Pereira da Graça e 2º secretario commendador Albino da Costa Lima Braga.

Aos 23 dias do mez de setembro do anno de 1890, no escriptorio da rua Theophilo Ottoni n. 5, reunidos á 1 hora da tarde, em virtude de annuncios repetidos, feitos na imprensa, accionistas da companhia Nacional de Tecidos de Meia representando mais de dous terços do capital social, conforme se verificou pelo livro de presença em que todos assignaram, o presidente da directoria declarou aberta a sessão, visto haver numero legal, e indicou para assumir a direcção dos trabalhos ao Sr. Visconde da Leopoldina que sendo aclamado unanimemente pela assemblea assumiu a presidencia e convidou para 1º e 2º secretario os Srs. Dr. Heraclito de Alencastro Pereira da Graça e commendador Albino da Costa Lima Braga, que occuparam os respectivos logares. Constituida assim a mesa, o presidente declarou que a presente sessão fóra convocada para o fim de se tomar conhecimento de uma proposta da directoria com o parecer do conselho fiscal, a cuja leitura ia mandar proceder.

São lidas as proposta e o parecer do teor seguinte: Proposta da directoria da Companhia Nacional de Tecidos de Meia, apresentada ao conselho fiscal em 15 de setembro de 1890.—A directoria da Companhia Nacional de Tecidos de Meia procurando fazer a acquisição de novos machinismos dos mais aperfeçoados para desenvolver a sua industria e realizar a compra de terrenos, afim de estabelecer habitações commodas e hygienicas para os seus operarios, propõe augmentar seu capital no dobro, sendo reformado os seus estatutos.

Rio de Janeiro, 20 de setembro de 1890.—Heitor Rademaker Grunewald.—Christiano C. Coutinho.—Arthur Ferreira Torres.

Os membros do conselho fiscal da Companhia Nacional de Tecidos de Meia, aos quaes foi presente a proposta da directoria, de 15 de setembro, atinente ao augmento do capital, achando justos os motivos adduzidos, são de parecer que a dita proposta deve ser approvada pelos Srs. accionistas em todas as suas partes.

Rio de Janeiro, 22 de setembro de 1890.—M. J. Dias da Silva.—Henry Lovandes.—Commendador Antonio Alves Matheus.—Albino da Costa Lima Braga.—Henrique José de Oliveira Sampaio.

Postos em discussão e ninguem pedindo a palavra são submettidos a votos a proposta e o parecer e unanimemente approvados.

O Sr. Frederico Pinheiro da Silva apresenta a seguinte proposta:

« O abaixo assignado propõe que o art. 3º do capitulo 2º dos estatutos seja substituido pelo seguinte:

« O capital da companhia fica elevado a quinhentos contos de réis em acções de 200\$

e ao portador ou nominativas, á vontade dos accionistas.

Rio de Janeiro, 23 de setembro de 1890.—
Frederico Pinheiro da Silva.

Posta em discussão e á votos é unanimemente approvada.

Em vista destas deliberações tomadas pela assemblea geral, o Sr. Dias da Silva propoz que fossem nomeados louvados para avaliar todos os bens da companhia, e sendo approvada unanimemente esta proposta, são eleitos avaliadores os Srs. Carlos Gaspar da Silva, Juvenal Damasceno e Frederico Pinheiro da Silva, que, achando-se presentes, retiraram-se da sala afim de desempenharem-se do encargo, sendo suspensa a sessão por meia hora.

Reaberta a sessão ao cabo desse tempo, apresentaram os avaliadores o laudo do teor seguinte: Os abaixo assignados eleitos em assemblea geral extraordinaria da Companhia Nacional de Tecidos de Meia, effectuada em 23 de setembro de 1890, para proceder á avaliação dos bens da mesma companhia, que conhecem por exame a que tem procedido, dão-lhes os seguintes valores:

Bens de raiz, noventa e cinco contos duzentos cincoenta e sete mil e cem réis (95:257\$100).

Machinismos, trezentos e onze contos setecentos e setenta e um mil setecentos e noventa réis (311:771\$790), perfazendo a somma total de réis quatrocentos e sete contos vinte oito mil oitocentos e noventa réis (407:028\$890) em quanto avaliam os referidos bens.

Sellado com uma estampilha de duzentos réis, inutilizada da seguinte fôrma.

Rio de Janeiro, 23 de setembro de 1890.—
Frederico Pinheiro da Silva.—*Juvenal Damasceno.*—*Carlos Gaspar da Silva.*

Posto em discussão e a votos é elle unanimemente approvado.

O Sr. accionista Henrique Sampaio propõe que em vista do laudo apresentado e approvado sejam distribuidas pelos actuaes accionistas as acções constantes do augmento de capital, entrando os mesmos em dinheiro com a importancia necessaria para a sua integralisação.

Foi posta em discussão e a votos e approvada.

O accionista Lima Braga propõe e a assemblea approva que fique a directoria autorizada a alienar o activo e passivo da companhia por preço nunca inferior ao de seu capital nominal, independente da consulta á assemblea geral.

O Sr. Dias da Silva propõe e a assemblea approva que sejam concedidos á mesa os poderes necessarios para assignar a presente acta em nome de todos os outros Srs. accionistas presentes.

E nada mais havendo a tratar, mandou-se lavar esta acta que, sendo depois lida, foi approvada sem observação e assignada pela mesa, levantando-se a sessão ás 2 horas da tarde.

Rio de Janeiro, 23 de setembro de 1890.—
Visconde da Leopoldina, presidente.—*Heraldo de Alencastro Pereira da Graça,* 1º secretario.—*Albino da Costa Lima Braga,* 2º secretario.

Estavam colladas tres estampilhas do valor de duzentos réis cada uma, inutilizadas da seguinte fôrma:

Rio, 3 de outubro de 1890.—*Flavio N. Pamplona.*

N. 1029 — Certifico que foram archivados hoje nesta repartição, sob n. 1029, em virtude do despacho da Junta Commercial, a alteração dos estatutos da Companhia Nacional de Tecidos de Meia e a acta da assemblea geral que a approvou em 23 do mez findo, sendo a alteração a de augmento do capital. Sellado com duas estampilhas sendo uma do valor de 5\$ e outra do valor de \$200 inutilizadas da seguinte fôrma: Secretaria da Junta Commercial da Capital Federal, 6 de outubro de 1890.—O secretario, *Cesar de Oliveira.*

London & Brazilian Bank, Limited

Capital.....	£ 1.250.000
Capital pago.....	£ 625.000
Fundo de reserva.....	£ 400.000

BALANÇO EM 30 DE SETEMBRO DE 1890

<i>Activo</i>	
Capital a realizar.....	5.555:555\$560
Letras descontadas.....	1.744:902\$040
Letras a receber.....	3.369:143\$910
Caixas matriz e filiaes: saldos de conta.....	5.095:198\$570
Emprestimos, contas correntes e outras.....	6.014:493\$030
Garantias por contas correntes e diversos valores.....	6.821:368\$500
Caixa em moeda corrente.....	7.915:055\$000
	<u>36.513:716\$610</u>

<i>Passivo</i>	
Capital.....	11.111:111\$110
Depositos:	
Em conta corrente sem juros	3.143:271\$750
Com 3, 6, 10 dias de aviso...	5.403:589\$910
Com 15, 60 dias de aviso...	513:489\$010
Com prazo determinado....	2.353:682\$820
Garantias por contas correntes e diversos valores.....	10.229:486\$190
Diversas contas.....	3.523:862\$340
Letras a pagar.....	230:223\$480
S. E. ou O.	<u>36.513:716\$610</u>

Rio de Janeiro, 6 de outubro de 1890.—
Pelo London & Brazilian Bank, Limited, W. J. CRUMMACK, actg. manager.—*W. J. W. HONEY,* actg. accountant.

Banco Agricola do Brazil

BALANÇO EM 31 DE SETEMBRO DE 1890

<i>Secção commercial</i>	
<i>Activo</i>	
Accionistas.....	6.002:000\$000
Caução da directoria.....	70:000\$000
Contas correntes garantidas.....	2.002:387\$000
Letras descontadas.....	55:241\$380
Banco Nacional do Brazil.....	33:028\$780
Banco dos Estados Unidos do Brazil.....	151:858\$000
Banco Industrial e mercantil do Rio de Janeiro.....	270:000\$000
Carteira agricola.....	3.690:261\$646
Caixa:	
Dinheiro em cofre.....	487:594\$760
Titulos depositados.....	3.384:950\$000
Acções.....	19:640\$300
Diversos:	
Saldo de diversas contas.....	32:420\$300
	<u>16.200:381\$866</u>

<i>Passivo</i>	
Capital.....	10.000:000\$000
Acções caucionadas.....	70:000\$000
Garantias.....	3.384:950\$000
Dividendos:	
Saldo do 1º e 2º.....	4:432\$000
Contas correntes.....	11:152\$970
Lucros e perdas.....	50:126\$906
Fundo de reserva.....	25:618\$539
Diversos:	
Saldo de diversas contas.....	2.654:101\$361
	<u>16.200:381\$866</u>

Secção agricola

<i>Activo</i>	
Emprestimos:	
De penhores..	402:118\$600
De cauções...	1.342:940\$340
Por letras...	1.347:638\$100
De hypothecas	2.042:651\$386
Amortizações.	2.610:355\$371
	<u>7.745:703\$806</u>
Titulos caucionados.....	2.450:160\$000
Valores em penhor.....	1.074:450\$000
Valores hypothecados...	4.230:500\$000
	<u>15.500:813\$806</u>

<i>Passivo</i>	
Garantias:	
Por penhores.	1.074:450\$000
Por cauções..	2.450:160\$000
Por hypothecas.....	4.230:500\$000
	<u>7.755:110\$000</u>
Juros.....	47:693\$528
Prestações de hypothecas:	
Recebidas adiantadamente...	7:748\$632
Thesouro Nacional.....	4.000:000\$000
Banco Agricola do Brazil....	3.690:261\$646
	<u>15.500:813\$806</u>

Rio de Janeiro, 6 de outubro de 1890.—
Eloy da Camara, presidente.—*Antonio da Motta e Silva,* guarda-livros.

Sociedade Bancaria do Rio de Janeiro

BALANCETE EM 30 DE SETEMBRO DE 1890

<i>Activo</i>	
Acções de bancos e companhias.....	2.319:530\$980
Propriedades.....	203:716\$110
Titulos a receber.....	208:610\$926
Caução da directoria.....	60:000\$000
Titulos caucionados.....	170:900\$000
Contas correntes.....	441:599\$330
Diversas contas.....	6:087\$740
Caixa: em moeda corrente...	23:155\$920
	<u>3.432:700\$106</u>
<i>Passivo</i>	
Capital.....	2.000:000\$000
Fundo de reserva.....	5:706\$615
Fundo de reserva especial...	198:198\$571
Deposito da directoria.....	60:000\$000
Responsabilidades.....	150:000\$000
Diversas conts.....	54:376\$685
Contas correntes.....	964:418\$235
S. E. ou O.	<u>3.432:700\$106</u>

Rio de Janeiro, 6 de outubro de 1890.—
Hermano Joppert, presidente.—*Abel da Silva,* guarda-livros.

ANNUNCIOS

PRIVILEGIOS

JULES GÉRAUD, á rua do Rosario n.43, encarega-se de obter privilegios no Brazil e no estrangeiro.

DIARIO OFFICIAL

A assignatura é de 18\$ por anno e de 6\$ por quatro mezes.

Podê ser tomada em qualquer tempo, mas termina sempre nos mezes de abril, agosto e dezembro.

Aos funcionarios publicos retribuidos que autorisarem o desconto de 1\$ mensaes em seus vencimentos, cabe o direito de receber a folha official, de conformidade com o disposto no art. 26 do regulamento de 20 de julho de 1889.